



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII – PATOS – PB
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

WANDERLEY NOBREGA FERNANDES

**O IMPACTO DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS NO COMÉRCIO DE POMBAL-
PB, NO PERÍODO DE 2005 A 2010**

**Patos – PB
2011**

WANDERLEY NÓBREGA FERNANDES

**O IMPACTO DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS NO COMÉRCIO DE POMBAL
- PB, NO PERÍODO DE 2005 A 2010.**

Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas Campus VII – Patos – PB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em administração de empresas.

ORIENTADOR: MSc. Odilon Avelino da Cunha.

**Patos – PB
2011**

F363i

FERNANDES, Wanderley Nóbrega

O Impacto dos Empréstimos Consignados no
Comércio de Pombal – PB no Período de 2005 a
2010/ Wanderley Nóbrega Fernandes, UEPB, 2011.
70 f.

Monografia (TRABALHO de Conclusão de Curso -
(TCC) - Universidade Estadual da Paraíba.
Orientador: Prof. Msc.Odilon Avelino da Cunha

1. Comércio 2.Empréstimos I. Título II. Cunha,
Odilon Avelino da

CDD 330

WANDERLEY NÓBREGA FERNANDES

**O IMPACTO DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS NO COMÉRCIO DE POMBAL
- PB, NO PERÍODO DE 2005 A 2010**

Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas Campus VII – Patos – PB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em administração de empresas.

Aprovada em: 29/11/2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. MSc. Odilon Avelino da Cunha
Orientador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Esp. José Neto Freire Rangel
Examinador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof^a. Esp. Mestranda, Eunice Ferreira
Examinadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a minha família e aos meus amigos, especialmente a meus pais, irmãos, esposa, filhos, tia e avó por acreditarem em meu potencial, dando como contribuição todo o apoio necessário para que fosse possível a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a meu **Deus**, por fazer parte da minha vida, me concedendo através do seu amor e das suas misericórdias a sabedoria para conclusão desse trabalho.

Aos meus pais Joaquim Fernandes Gama e Maria José de Sá Nóbrega, pelo amor e educação e exemplo de vida como pessoas simples e honestas que sempre seguirei. Por acreditarem em meus sonhos e proporcionarem condições e oportunidade de estudar, mesmo em meio as dificuldades eles sempre sonharam junto comigo, minha gratidão.

Aos meus irmãos Wandemar, Wandeslan e Fernanda, que contribuíram com amor e dedicação me dando forças em busca de meus objetivos.

À minha querida esposa Francimalba Bandeira de Sousa Fernandes, pela minha ausência quando foi necessário. Por estar ao meu lado sempre que precisei e acreditar nesse sonho.

Aos meus filhos Mateus e Nicolas, pelo amor e carinho que sempre me deram.

À minha querida tia Vicentina Fernandes de Almeida que foi peça fundamental para a conclusão desse curso, não medindo esforços em me ajudar financeiramente para que eu pudesse alcançar meus sonhos.

Ao meu professor orientador Odilon Avelino da Cunha, pela compreensão e empenho dedicado a este trabalho, se tornando meu grande amigo. Obrigado por tudo.

A todos os familiares, sogra, sogro, avó, tio, tias, sobrinhos, cunhados, cunhados e primos que sempre torceram e acreditaram na conclusão deste curso. Sou muito agradecido.

Aos meus amigos pela amizade e torcida positiva na vivência de grandes momentos durante esse período acadêmico. Meu eterno agradecimento.

Aos meus professores que se dispuseram em transmitir seus conhecimentos no transcorrer desse curso.

Enfim, a todos os demais que contribuíram direto ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

“O verdadeiro valor das coisas é o esforço e o problema de as adquirir”.

(Adam Smith)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	32
Figura 2:	Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	32
Figura 3:	Açougue Público.	33
Figura 4:	Praça Getúlio Vargas	33
Figura 5:	Coluna da Hora	34
Figura 6:	Praça do Centenário	34
Figura 7:	Foto Aérea da Cidade de Pombal	35
Figura 8:	Mapa da Cidade de Pombal	35
Figura 9:	Rio Piancó	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Participação dos setores produtivos na formação do PIB dos seis maiores municípios da Paraíba em 2008.....	37
Quadro 2	Número de beneficiários do Programa Bolsa Família	38
Quadro 3	Resultado dos índices alcançados por escola	39
Quadro 4	Número de matrícula inicial e final de cada escola	40
Quadro 5	Número de escolas e matrículas	40
Quadro 6	Especialidades médicas no município	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Finalidade dos empréstimos por parte dos funcionários da Prefeitura Municipal de Pombal no período de 2005 a 2010.....	46
Gráfico 2:	Pesquisa de mercado sobre taxa de juros e forma de pagamento.....	47
Gráfico 3:	Orientação de alguém de como fazer o empréstimo	47
Gráfico 4:	Nível de satisfação dos funcionários quanto à forma de pagamento.....	48
Gráfico 5:	Opinião dos funcionários em relação a um novo empréstimo	49
Gráfico 6:	Ocorrência de redução na cesta básica em detrimento dos empréstimos.....	49
Gráfico 7;	Posição dos funcionários em relação a aconselhar alguém a fazer um empréstimo consignado.....	50
Gráfico 8;	Orientação do banco no ato do empréstimo	51
Gráfico 9:	Variação entre o valor do empréstimo	51
Gráfico 10:	Opção do funcionário em relação ao número de parcelas	52
Gráfico 11:	Quanto ao objetivo alcançado concernente ao empréstimo	53
Gráfico 12:	Avaliação dos comerciantes sobre as conseqüências dos empréstimos consignados no comércio local.....	53
Gráfico 13:	Opinião dos comerciantes em relação ao aumento das vendas no período de 2005 a 2010.....	54
Gráfico 14:	Opinião dos comerciantes com relação a influência dos empréstimos em suas vendas no período de 2005 a 2010.....	55
Gráfico 15:	Avaliação dos comerciantes sobre a inadimplência dos clientes em detrimento dos empréstimos consignados.....	56
Gráfico 16:	Avaliação dos comerciantes quanto à faixa etária em anos de seus clientes nos seus estabelecimentos comerciais.....	56
Gráfico 17:	Diferenciação dos clientes por parte dos comerciantes segundo seu grupo e consumidores.....	57
Gráfico 18:	Percentual de opiniões dos comerciantes em ser contra ou a favor dos empréstimos consignados.....	57
Gráfico 19:	O melhor período de vendas para o comerciante entre 2005 a 2010.....	58
Gráfico 20:	Percentuais de crescimento dos estabelecimentos comerciais durante o período de concessão dos empréstimos.....	59
Gráfico 21:	Percentual das vendas nos estabelecimentos comerciais, que antecederam os empréstimos consignados.....	59

RESUMO

Em virtude do crescimento dos empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento, que vem ocorrendo no país e em especial no município de Pombal - PB, esta monografia objetiva mostrar o possível impacto dos empréstimos consignados, contraídos por servidores públicos municipais no comércio de Pombal - PB no período de 2005 a 2010. Assim como a política econômica funciona como agente regulador da oferta e demanda de moeda na economia, os bancos que oferecem essa linha de crédito a esses servidores têm gerado, em curto prazo, o aumento da oferta monetária em circulação. Nessa perspectiva, o interesse desse estudo parte da preocupação em mostrar através dos dados coletados a grande importância que esse tipo de renda gerou como resultado no comércio local. Essa pesquisa consta de um resgate bibliográfico e de uma pesquisa de campo com entrevistas através de questionários aplicados aos representantes dos bancos: Caixa Econômica, Brasil, BMG, onde na oportunidade foi realizada uma amostra de 29% dos funcionários que contraíram o empréstimo e entrevistados 20 comerciantes que atuam em diferentes segmentos no comércio local. A partir da análise e interpretação dos dados coletados, conclui-se que os empréstimos, a princípio, ocasionaram aumento nas vendas, em detrimento do aumento da oferta monetária no município, porém, pelo fato da renda ficar comprometida com o pagamento das parcelas e dos juros, configurou-se uma tendência de declínio no poder de compra dessas pessoas, refletindo, portanto, em uma queda nas vendas do comércio local.

Palavras-chave: Impacto, Empréstimos, Servidores e Comerciantes.

ABSTRACT

Due to the growth of loans charged discount on payroll that has been occurring in the country and especially in the municipality of Pombal - PB, this thesis aims to show the possible impact of payroll loans, contracted by municipal civil servants in the trade of Pombal - PB the period 2005 to 2010. As economic policy acts as a regulator of supply and demand for money in the economy, banks offering this line of credit to these servers have generated in the short term, increasing the money supply in circulation. From this perspective, the interest of the concern of this study to show the data collected through the great importance that this type of income generated as a result the local market. This survey consists of a rescue bibliographic and field research, interviews with questionnaires applied to the representatives of banks: Savings, Brazil, BMG, and that opportunity was performed in a sample of 29% of employees who have contracted the loan and interviewed 20 traders operating in different segments in the local market. From the analysis and interpretation of data collected, it is concluded that the loans initially led to increased sales at the expense of increasing the money supply in the city, however, because the income to be committed to the payment of installments and interest, to set a trend of decline in the purchasing power of these people, reflecting thus a drop in sales in the local market.

Keywords: Impact, Loans, Servers and Merchants.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I	15
2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA MOEDA	15
2.1 As transações econômicas como contribuição para o surgimento da moeda	15
2.2 Principais funções da moeda	18
2.2.1 <i>Intermediária das trocas</i>	18
2.2.2 <i>Medida do valor</i>	19
2.2.3 <i>Reserva de valor</i>	19
2.3 A moeda de papel e sua espécie	19
2.3.1 <i>Representativa</i>	19
2.3.2 <i>Fiduciária</i>	19
2.3.3 <i>Papel moeda</i>	19
2.4 Criação e expansão da moeda escritural pelo sistema bancário	20
2.5 Reforma do sistema monetário brasileiro	22
2.6 Políticas monetárias como instrumento de regulação	23
2.7 Versão clássica sobre demanda da moeda	26
2.8 Importâncias econômicas dos empréstimos	28
2.9 Reflexos dos empréstimos consignados na economia	30
CAPITULO II	31
3 COMPONENTES DA HISTÓRIA DE POMBAL	31
3.1 Breve histórico da cidade de Pombal - PB	31
3.2 Localização	34
3.3 Aspecto econômico da cidade	36
3.4 Dados da educação municipal	39
3.5 Alguns aspectos da saúde de Pombal	41
CAPITULO III	44
4 ASPECTOS METODOLOGICOS	44
4.1 Tipos de pesquisa	44
4.2 População pesquisada	44
4.3 Instrumento técnico utilizado	45
4.4 Coleta dos dados	45
4.5 Tratamento dos dados	45
CAPITULO IV	46
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
5.1 Resultado da pesquisa realizada com os funcionários do município de Pombal – PB.....	46
5.2 Resultado da pesquisa realizada com os comerciantes	53
6 CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

A renda média do trabalhador brasileiro vem crescendo nos últimos anos e no mês de agosto de 2010 esse crescimento atingiu valores recordes. Segundo (PME) Pesquisa Mensal de Emprego divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Esse aumento já ocorre pelo quarto ou quinto mês consecutivo”, afirmou o gerente da pesquisa, Cimar Azeredo.

De acordo com a agência Brasil 2009, a renda média do trabalhador cresceu 20% nos últimos cinco anos, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A região Nordeste obteve o melhor resultado apresentando um crescimento de quase 29%, praticamente 50% acima da média nacional.

Com o aumento da renda do trabalhador, principalmente do servidor público, associada ao crescimento econômico do país, motivou muitos bancos abrissem linhas de créditos, especialmente aqueles com desconto em folha de pagamento, chamados consignáveis.

De acordo com o Jornal Agência de Estado 2010, o número de operações de créditos consignados que, são empréstimos com desconto direto em folha de pagamento, realizados por aposentados e pensionistas do INSS aumentou 88,9% em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2009, segundo dados divulgados pelo Ministério da Previdência.

Conforme fonte do site R7.com, publicado no dia 21 de abril de 2010, o empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento para pessoas físicas vem crescendo muito no País. De acordo com a FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), entre janeiro e fevereiro de 2010 houve um aumento de 37,67% dos empréstimos consignados em relação ao mesmo período do ano passado. As operações desta modalidade realizada em fevereiro deste ano pelos aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) somaram R\$ 2,12 bilhões, valor 114,3% do que o registrado no mesmo período de 2009.

Segundo a Agência Brasil (2009), o governo tem reduzido os juros para as operações de crédito consignado em empréstimo pessoal, que para o Ministro da Previdência Social, José Pimentel, essa redução poderá ajudar a movimentar a economia, onde os aposentados pagarão menos juros e, com isso, a renda real crescerá, dando condições aos aposentados e pensionistas uma margem maior de crédito com uma taxa de juros menor.

Essa linha de crédito tende a ter vantagem devido à facilidade das taxas de juros prefixados e especiais parcelamento com prestações iguais, mensais e sucessivas, o que, possibilitam ao beneficiário o conhecimento prévio do valor das prestações. Inclusive o empréstimo é concedido para benefícios recebidos em qualquer banco e o desconto é feito diretamente na folha de pagamento.

Segundo (PMP) Prefeitura Municipal de Pombal, os empréstimos direcionados a aposentados, pensionistas e servidores efetivos do Município de Pombal - PB, especialmente aos da ativa, tiveram sua origem no ano de 2005, sendo pioneiros o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Levando em consideração a aceitação dos empréstimos, outros bancos, a exemplo do Banco BMG e Cruzeiro do Sul, todos em 2008, entraram nesse negócio.

Diante do crescimento dos empréstimos consignados com descontos em folha de pagamento oferecidos por instituições financeiras a servidores públicos municipais, se faz necessário um estudo, com a finalidade de demonstrar o possível impacto que essa linha de crédito “empréstimos consignados” pode causar na economia local, como também na busca da identificação das conseqüências negativas ou positivas na economia da cidade, focando nos empréstimos consignados em folha de pagamento contraído por funcionários da Prefeitura Municipal de Pombal que se utilizam das facilidades oferecidas pelas instituições financeiras, que por sua vez tem a oportunidade de obter lucros através desses empréstimos, e que o risco de inadimplência torna-se quase zero, isso devido o pagamento dos empréstimos ser feito direto em folha de pagamento realizado pelo município através de contrato firmado com as instituições, o que torna de fácil acessibilidade dos credores no recebimento dos valores emprestados.

Para o tomador, a contratação do empréstimo se torna bastante cômoda evitando uma série de burocracia exigida pelos bancos, diante disso, contextualizando políticas monetárias; avaliando os valores concedidos nos empréstimos; investigando se o dinheiro concebido através desses empréstimos circula no comércio local. E por fim, avaliar o grau de satisfação das pessoas beneficiadas com tais empréstimos.

Na expectativa de avaliar quais os impactos positivos ou negativos dos empréstimos consignados na economia local, realiza-se este estudo, uma vez que é perceptível a procura desses empréstimos por parte dos servidores públicos, que utilizam essa linha de crédito para aplicação dos recursos adquiridos em varias situações a exemplo de: sair da inadimplência no próprio comércio local, pagamento de retiradas de dinheiro do cheque especial concedidos por órgãos econômicos que disponibilizam cheque especial cobrando juros altos, além daqueles que recorrem aos agiotas submetendo-se a empréstimos para pagar juros

exorbitantes em relação aos cobrados no mercado. Além disso, uma parte da renda fica comprometida com pagamento de parcelas e juros por um bom período, mesmo que o dinheiro venha ser utilizado de forma parcelado por parte do beneficiário. O período de pagamento desses empréstimos pode causar certo congelamento da economia local, ocasionando uma tendência de declínio das vendas, mesmo que o momento de aquisição do crédito venha gerar um aquecimento na economia por curto período. Em contrapartida temos um número de parcelas proporcionado ao beneficiário conforme sua renda maior do que o tempo em que o dinheiro estará circulando no comércio local, isso poderá levar a um desemprego no comércio devido às quedas nas vendas em consequência da não circulação desse dinheiro, que pode acarretar queda na demanda por parte desses consumidores. Esse crescimento já tem sido motivo de preocupação por parte de alguns órgãos, como é o caso da cidade de Palmas, que segundo o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas- CDL em matéria publicada por Lima Samuel e Magno Carlos (2008) em que com base em pesquisa realizada com servidores vinculados ao Estado e à Prefeitura, mostraram que 74% estão comprometidos com esse financiamento, segundo ele as vendas tem caído, sendo preciso haver um controle maior sobre os empréstimos consignados e reduzir o limite máximo de comprometimento da renda (que hoje é de 30%) e estender a modalidade de consignado também ao setor do comércio. Diante disso, se faz necessário um estudo para identificar esses impactos causados na economia a exemplo de Pombal - PB, contextualizando esses estudos as políticas monetárias.

CAPÍTULO I

1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA MOEDA

1.1 As transações econômicas como contribuição para o surgimento da moeda

Ha origem da moeda juntamente com as instituições financeiras vem demonstrar o processo de propulsão do progresso econômico e de natureza creditícia, permutando um sistema primitivo rudimentar de trocas conhecido como escambo, por outro que atendesse a um conjunto de necessidade de natureza diferente, de forma coletiva nas transações econômicas realizadas por cada individuo, decorrente da especialização e da divisão social do trabalho. Inicia-se com os fatos que contribuíram para a inserção do novo processo indireto de pagamento, em substituição ao sistema primitivo o escambo, culminando com a aparição das primeiras instituições financeiras e suas estruturas.

Segundo VICECONTI & NEVES (2007:283-284), a origem da moeda nos leva ao tempo das sociedades primitivas, no começo das organizações econômicas, onde a forma do comércio era predominada pelo o escambo, em que uma mercadoria era trocada por outra, na medida em que o individuo possuíam em excedentes as suas necessidades para seu consumo, assim ele poderia trocar o excedente por outra mercadoria que precisasse com outro individuo.

Com o passar dos tempos, as organizações econômicas foram evoluindo ao passo que o comércio foi desenvolvendo juntamente com a especialização das atividades dos indivíduos, gerando um aumento significativo nas trocas e conseqüentemente uma serie de problemas, uma vez que a mercadoria excedente para troca de um determinado individuo nem sempre era necessária ao outro, gerando conflitos de interesse entre as partes.

Ainda segundo os autores, existiam conflitos de interesse entre as partes intervenientes nas transações, surgindo então o costume de utilizar uma mercadoria que pudesse intermediar essas trocas e tivesse uma aceitação geral na sociedade, a exemplo da Pérsia Antiga e na China que tinha o gado e o sal como mercadoria intermediária nas trocas. Surge então a moeda definida como bem que possuía aceitação geral na sociedade e que seja utilizado como forma de pagamento nas transações de compra e venda.

Segundo TROSTER E MOCHÓN (2002:39-42), as trocas são comuns em qualquer sistema econômico e tem grande importância. Cada sistema consiste em uma forma diferente de adoção das trocas, essa forma é colocada no sistema ao longo do tempo, gerada por razões

econômica sendo algo comum. Um sujeito que fica em um lugar isolado, sem contato e precisa obter o que necessita, certamente ficará restrito ao que existe ao seu alcance ou ao que pode ser transformado por seus próprios meios, ficando limitado apenas aquilo que consegue produzir, perdendo a oportunidade de obter um maior volume de produção através de suas habilidades geralmente inerente em cada indivíduo. Como cada indivíduo geralmente possui habilidade e recurso diferente, somado ao desejo de consumir uma variedade de bens, se faz necessário o contato entre as partes, formando um intercâmbio com a intenção de proporcionar um equilíbrio entre as trocas onde aquilo que se possui em abundância possa ser trocado pelo que não se tem, gerando um benefício mútuo.

Ainda segundo TROSTER E MOCHÓN (2002:235), o desenvolvimento do dinheiro se deu ao longo da história, quando os homens utilizaram como meio de pagamento uma grande variedade de objetos e bens que variam desde gado até sal. Esses bens geralmente utilizados como dinheiro tinham valor em si e constituíam o que se denomina de dinheiro-mercadoria.

Segundo TRIGUEIROS (1987:29), o surgimento da moeda se deu ao longo dos tempos, época em que a humanidade praticava o nomadismo e a produção era apenas para subsistência própria e de seus dependentes. Com o desenrolar do progresso diversas atividades foram se diversificando, fazendo o homem a desenvolver outras atividades como plantar, pastorear e fabricar alguns objetos para satisfação de novas necessidades. Surge então o espírito associativo e os novos grupos sociais que passaram a fixar-se, onde o coletivismo ganha força que antes era predominado pelo individualismo, fazendo a sobra da produção individual marcar o início do processo de troca denominado escambo, ou seja, troca de mercadoria por mercadoria.

Existiam diversas modalidades de transações, dentre elas o chamado comércio em silêncio ou mudo, onde a permuta se dava sem a necessidade de contato direto com as partes interessadas. As mercadorias que se desejassem comercializar eram depositadas por uma das partes em lugar tradicionalmente conhecido, para que a parte interessada retirasse tal mercadoria conforme sua necessidade, deixando outros produtos de igual valor já consagrado pelo consumo.

Tendo surgido em período recuado da História, o uso da moeda foi aceito pelos povos mais civilizados. Naturalmente a moeda, em seu aspecto físico, sofreu muitas modificações. Teve forma circular, oval ou poligonal. O disco inteiro foi por vezes vazado por orifícios redondos ou quadrados (TRIGUEIROS 1987:31).

Para ROSSETTI (2002:171-172), para que um sistema de trocas seja ágil e bem estruturado,

é preciso o emprego das mais importantes instituições financeiras descoberta pelo homem: a moeda. Essa instituição vem de tempos remotos, seu aparecimento decorreu da necessidade de superar obstáculos para desenvolvimento do sistema de trocas. A descoberta desse importante instrumento de trocas indiretas foi, porém precedido por sistemas primitivos de trocas diretas, baseados no escambo. O escambo é a troca direta, sem intervenção de um instrumento monetário. Esse sistema teria sido prática usual nos primórdios da evolução econômica do homem, como ainda não havia sido desenvolvido instrumento monetário, as trocas realizavam-se em espécie: produto por produto, produto por serviço, serviço por serviço.

Ainda segundo o autor, os parceiros da troca é a primeira exigência fundamental para o escambo, necessariamente esses parceiros devem ter excedentes disponíveis e necessidades inversamente coincidentes. Se um produtor de trigo necessita de lã, ele deve encontrar outro que dispõe de lã e deseja exatamente trigo, devendo chegar a um acordo sobre a relação de troca, que significa a relação de valor entre os produtos para efetivação da troca.

Para VICECONTI & NEVES (2007:283-284) as moedas eram mercadorias, ou seja, bens que tivessem um valor de uso para seus possuidores, que satisfizessem necessidades dos indivíduos, entre as moedas-mercadorias, foi predominando progressivamente o uso dos metais como ferro, cobre e bronze devido às características de homogeneidade, indestrutibilidade, divisibilidade e facilidade de manuseio e transporte. Por existir metais em abundância na natureza, o excesso de moeda além de depreciá-la tornava menos úteis para os indivíduos, prejudicando a sua função de facilitar a circulação das mercadorias.

Segundo VICECONTI & NEVES (ibidem), embora as moedas de ouro e prata fossem de mais fácil guarda e manuseio, o seu transporte por comerciantes na Idade Média trazia riscos de assaltos, comuns à época, com isso passou a adotar o costume de depositar moedas em instituições denominadas casa de custódia, que fornecia certificados de depósito que passariam a serem usados como moeda, dando o direito de retirar junta a casa de custódia a quantidade de ouro e prata depositados, surgindo então o papel moeda.

Para TRIGUEIROS (1987:20), existem duas teorias que distinguem a conceituação da moeda, a metalista que é tida como mercadoria, feita de metal fino e produzida como qualquer outra mercadoria, sendo o saldo comercial e a produção de metal fino determinante para quantidade de moeda em circulação. Já na teoria nominalista, a moeda não é mercadoria, quando aceita pelo seu valor nominal, através do símbolo nas relações de trocas, sem valor econômico, servindo apenas como instrumento financeiro criado pelo Estado a serviço das

finanças pública.

Para ROSSETTI (2002:171-172), as mercadorias solucionaram os principais inconvenientes do escambo primitivo, ainda que muitas das primeiras mercadorias-moeda fossem imperfeitas como instrumentos de trocas, não preenchendo todas as características essenciais exigidas da moeda, elas facilitavam as trocas. Com a ampliação dos mercados e evolução do comércio com seu emprego, a divisão social do trabalho e a especialização foram estimuladas, iniciando embora lentamente, uma nova era caracterizada pela crescente intensificação das trocas indiretas entre os agentes econômicos.

Segundo ROSSETTI (ibidem), as primeiras mercadorias-moeda variaram de região para região e de época para época. Mas todas sempre apresentaram pelo menos duas características básicas, eram relativamente raras(para que tivesse valor) e atendiam a necessidade essenciais e comuns(para que pudessem ser aceitas como instrumento de troca, sem dificuldades ou restrições).

Os usos e costumes é que definiram assim quais mercadorias, em cada época e região, seriam empregadas como instrumentos de troca. O gado exerceu essa função no mundo antigo (ROSSETTI 2002:175).

Para ROSSETTI (2002:175), além do gado, muitas outras mercadorias serviram como moeda, entre elas, as mais citadas são o sal, o tabaco, as peles curtidas, os peixes secos, a lã, a seda, o açúcar. Na Guiné, durante longo espaço de tempo, os escravos, o algodão e o linho foram utilizados como mercadorias-moeda.

Segundo VICECONTI & NEVES (2007:285-286), Através do desenvolvimento do sistema bancário e da intermediação financeira se deu o surgimento da moeda bancária ou escritural, sendo que a moeda escritural é representada pelo depósito do público nos bancos comerciais movimentados pelos seus titulares através de cheques. O autor alerta que nesse caso, a moeda é o depósito e não o cheque, porquanto caso o cheque fosse moeda todas as pessoas poderiam emití-la, bastando apenas preencher cheques sem fundo.

1.2 Principais funções da moeda

1.2.1 Intermediária das trocas

Para VICECONTI & NEVES (2007:285), ser intermediária das trocas é a função por excelência da moeda. Uma sociedade moderna, com grande nível de especialização do trabalho e um volume significativo de trocas entre os agentes econômicos, seria inviável sem

a existência da moeda como intermediária das trocas. Para desempenhar essa função basta que tenha a confiança e aceitação geral pelos agentes econômicos.

1.2.2 Medida do valor

A função importante da moeda é servir como medida de valor. Os valores dos bens e serviços transacionados na economia são expressos em quantidade de moeda, através dos respectivos preços.

1.2.3 Reserva de valor

A moeda também serve como reserva de valor, a partir do momento em que um indivíduo não necessita gastar imediatamente toda a sua renda na aquisição de bens de consumo, sua poupança pode ser guardada na forma de moeda, nesse caso a moeda é um ativo financeiro, porém que não rende juros.

Para TRIGUEIROS (1987:21-22), o material utilizado na produção da moeda é quem ordena sua classificação, sendo moeda metálica a quantidade de metal empregado determina sua posição como forte ou fraca, cujo seu valor é determinante na aquisição de bens e serviços em maior ou menor proporção.

Moeda de Papel é representada por documentos com poderes aquisitivos, lançados pelo Estado ou segundo sua autorização.

1.3 A moeda de papel e sua espécie

1.3.1 Representativa

Ao expressar a quantidade de mercadorias ou moeda no ato do depósito, em contra partida é emitido um lastro como garantia correspondente ao valor depositado, conversível à vista e vontade do portador.

1.3.2 Fiduciária

Quando o valor total das cédulas emitidas é superior ao valor expresso no lastro metálico.

1.3.3 Papel moeda

Emitido pelo Estado e garantido pelo patrimônio nacional, tem o poder de pagar dívidas, sendo inconvertível em metal.

1.4 Criação e expansão da moeda escritural pelo sistema bancário

Segundo VICECONTI & NEVES (2007:291), os bancos limitavam a guardar dinheiro para seus depositantes, o total dos meios de pagamentos seria exatamente igual ao saldo de papel-moeda emitido. Este só poderia estar ou em mão do público ou à sua ordem, depositado e guardado no caixa dos bancos comerciais.

Entretanto com a evolução do sistema os bancos perceberam que era pouco provável que os depositantes viessem sacar seu dinheiro no mesmo, sendo que no momento que um uns sacavam, outro depositavam ficando sempre uma parte do dinheiro no caixa para atender o público, com isso os bancos passaram a emprestar a terceiros a parcela de moeda que excedia às suas necessidades de caixa.

Segundo LOPES & ROSSETTI (1998, 35:36), a moeda bancária escritural ou invisível, desenvolveu ao lado da moeda fiduciária que tinha sua emissão não lastreada e monopolizada pelo governo. Seu avanço ocorreu de forma acidental e precipitada através da independência do poder decisório dos departamentos bancários e monetário do Banco da Inglaterra. Com a não conscientização de que os depósitos bancários movimentados por cheques eram uma forma de moeda, os houve uma expansão dos meios de pagamentos, pelo efeito multiplicador desses depósitos.

Segundo LOPES & ROSSETTI (ibidem), dos meios de pagamentos, a moeda bancária representa maior parcela, segundo o conceito convencional de moeda praticamente em todos os países. Essa forma de moeda criada pelos bancos comerciais corresponde ao total de depósitos avista e curto prazo nesses estabelecimentos de crédito. As movimentações são realizadas através de cheques ou por ordem de pagamentos usados como instrumentos para transferência e movimentação. A moeda bancária é também denominada invisível pelo fato de possuir existência física, escritural, por corresponder a lançamento em forma de débito e a crédito.

Segundo LOPES & ROSSETTI (1998:36), no Brasil a evolução da moeda segue curso paralelo com o desenvolvimento político e social em sua história, onde os fatos marcantes que impactaram a história foram:

- Mudanças no sistema de governo e na estrutura do poder, com o declínio do império através do surgimento dos movimentos liberais, resultando na proclamação da República;
- Disputa entre os metalistas e os papelistas, no final do império e o início da República, surgiu controvérsia quanto à fixação do princípio que deveriam regular o processo emissor;
- Envolvimento em conflitos bélicos, como a guerra do Paraguai e a primeira e segunda guerra mundial;
- Crises econômicas na primeira metade do século, especialmente a grande depressão dos anos 30;
- Recorrência de intensos movimentos inflacionários nos anos 60, 80 e primeira metade dos anos 90, quando o suprimento, a aceitação e as próprias funções da moeda foram fortemente atingidas.

Ainda segundo LOPES & ROSSETTI (1998:36-43), em 04 de agosto de 1688 entrou em vigência o primeiro sistema monetário do Brasil, sendo modificado em 04 de abril de 1722. O sistema baseava-se no bimetalismo, onde o ouro e a prata constituíam a moeda legal e podiam ser cunhada sem limite, a taxa de conversão era fixada entre os dois metais no valor de 1:16 conto de réis, enquanto uma oitava de ouro valia 1,6 conto de réis, as peças monetárias de prata valiam 0,1 conto de réis, para operações fracionárias utilizavam-se moedas de cobre.

Ainda segundo os autores, as moedas de curso legal que circulavam no Brasil durante o império eram cunhadas em Portugal e por motivo de inobservância quanto à pesagem surgiram descrédito quanto ao padrão legal da época, esse fato acarretou o aparecimento de diversas mercadorias utilizadas como moeda nas trocas em diversas regiões.

O primeiro banco do Brasil foi criado em 1808 para fortalecer o sistema monetário e financeiro, a esse banco foi concedido o direito de emitir notas representativas com garantia de conversibilidade de 100%. Para financiar gastos militares, sustentar lutas contra províncias e sufocar revolucionários, D. João VI recorreu às facilidades de empréstimos junto ao Banco do Brasil que detinha o direito de emitir notas representativas, em 1821 a emissão dessas notas estava seis vezes superior à garantia metálica, em julho de 1821 a conversibilidade foi suspensa. O tesouro estava em falência o banco do Brasil à beira de uma crise, isso posteriormente levou à perda do seu direito de emissão, acarretando problemas na obtenção de recursos para financiar as despesas governamentais. Em 1866 o direito de emissão do banco do Brasil retornou ao Tesouro que teve seu teto elevado em cinco vezes em relação ao

capital.

Segundo LOPES & ROSSETTI (ibidem), em 1926 o padrão monetário foi novamente modificado onde o mil-réis passou a corresponder a 200mg de ouro, criando-se um processo de conversão de notas em ouro e de ouro em notas. Em substituição ao mil-réis o governo instituiu o cruzeiro como unidade monetária, mantendo durante o período de substituição equivalência entre as duas unidades, já em fevereiro de 1986 através do decreto nº 2.283, foi implantada nova reforma monetária com a criação do cruzado que em junho do mesmo ano inicia sua emissão através das disposições legais da reforma monetária de fevereiro de 1986, e em 1994 acontece a mais bem arquitetada reforma monetária que antecederam os anos 80 e 90, tanto pelas medidas preparatórias quanto pelos resultados, as duas medidas antecedentes mais importantes foram o ajuste das contas públicas e a criação de um novo indexador, a URV que seria o embrião da nova unidade monetária o real.

1.5 Reforma do sistema monetário brasileiro

Para TRIGUEIROS (1987:23), o sistema monetário é um conjunto de moedas usadas num país, em que sua obrigatoriedade de aceitação no pagamento de mercadorias ou serviços, funciona através de imposição de curso legal. Formando e servindo como uma moeda padrão de medida de valor e de moedas auxiliares, onde seus valores são múltiplos e submúltiplos da outra. O sistema financeiro abrange todas as moedas tanto metálica como de papel que tenham nela curso legal, podendo ser metálica ou não metálica, conforme o padrão de valor.

Segundo FILHO (2000:31), até 1942 a moeda brasileira era o réis, o cruzeiro foi instituído como unidade monetária brasileira em 5 de outubro de 1942. Juntamente com o cruzeiro foi criado o centavo, centésima parte de 1 cruzeiro. Em 2 de janeiro de 1964, o centavo foi extinto, tornando insignificante, não sendo mais adicionado no preenchimento de cheques ou em outros documentos. Em 8 de fevereiro de 1967 por força de um decreto, o cruzeiro novo foi instituído como unidade monetária e junto com ele o uso do centavo, o novo valor equivale ao anterior, dividido por mil.

Segundo ROSSETTI (2002:638-640), assim como em outros países, a estruturação do sistema financeiro nacional praticamente deu início com a criação dos bancos comerciais, onde nessa fase a moeda corrente e os depósitos bancários a vista totalizam os ativos financeiros. Com o desenvolver da economia e diversas atividades surgidas, criam-se novas instituições, instrumentos de captação e categoria operacionais, resultando na estruturação das autoridades monetárias e o estabelecimento de padrões normativos para controle dessas instituições. No centro da reforma do setor financeiro, no biênio 1964-65 foram criados o

Conselho Monetário Nacional e o Banco do Brasil, instituições tradicionais que vinham operando no mercado de crédito, que tiveram seus papéis e padrões operacionais redefinidos.

Para ROSSETTI (ibidem), a estrutura operacional do sistema financeiro nacional está subdividida em dois subsistemas, onde o primeiro, normativo, é formado por autoridades monetárias que zelam pela liquidez do sistema como todo, na fixação de diretrizes de política monetária, estabelecendo regras para emissão e negociação de capital e na fiscalização das operações praticadas no segundo subsistema, o de intermediação, este é compôs pelos os agentes especiais e por instituições bancárias, não-bancárias e auxiliares.

Para TROSTER & MOCHÓN (2002:233), o sistema financeiro surgiu como contrapartida à demanda de recursos para fins produtivos e de consumo, formado pelo conjunto de instituições financeiras que atuam como ponte de ligação entre os demandantes e ofertante, estando ligado ao esquema institucional que se concretizam numa serie de intermediários específicos, a exemplo dos bancos comerciais, financeiros caixa econômica, entre outros.

Para VICECONTI & NEVES (2007:158), em uma visão de conjunto do processo econômico, os três principais elementos constitutivos de um sistema econômico são: estoque de fatores de produção, quadro de agentes econômicos interativos e um complexo de instituições. M. Borntein faz um resumo de sistema econômico tomando como base os três principais elementos que o constitui.

Sistemas econômicos são arranjos historicamente constituídos, a partir dos quais os agentes econômicos são levados a empregar recursos e a interagir via produção, distribuição e uso dos produtos gerados, dentro de mecanismos institucionais de controle e de disciplina, que envolvem desde o emprego dos fatores produtivos até as formas de atuação, as funções e os limites de cada um dos agentes. (M.Borntein apud VICECONTI & NEVES. 2007:158)

1.6 Políticas monetárias como instrumento de regulação

Segundo ASSAF NETO (2008), a política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamentos, títulos públicos e taxas de juros, modificando o custo e o nível de oferta do crédito. A política monetária é geralmente executada pelo Banco Central de cada país, o qual possui poderes e competência própria para controlar a quantidade de moeda na economia.

Para COSTA (1999:173), a política monetária no sentido contracionista, tem como objetivo contrair a liquidez real caso a capacidade de criação do poder de compra seja limitada pelos bancos. Por outro lado, a política monetária creditícia expansionista poderá não expandir sua liquidez, caso não seja acompanhadas de decisões de gastos dos agentes econômicos.

(...) A maior contribuição qual a autoridade monetária poderia dar, segundo Friedman, seria através de adoção de uma política monetária estável: não perturbar o livre funcionamento das forças de mercado (FRIEDMAN apud COSTA, 1999:178)

De acordo com TROSTER E MOCHÓN (2002:258), o total de gastos realizados numa economia dependerá da quantidade de dinheiro existente e das possibilidades das unidades familiares e as empresas conseguirem esses créditos. Nas economias modernas, o dinheiro bancário constitui a maior parte da oferta monetária, sendo essencial o seu controle de criação e a regulação do funcionamento dos intermediários financeiros.

Em muitos países existem uma instituição que ordena e controla o funcionamento do sistema financeiro, denominado genericamente de banco central, na economia brasileira essa instituição recebe o nome de BACEN.

Para TROSTER E MOCHÓN (2002:261), em toda economia, para que um sistema tenha um bom funcionamento, é necessária a busca de objetivos como a estabilidade de preços, a diminuição do desemprego e o crescimento econômico. A política monetária é o caminho que o governo usa para intervir na atividade econômica.

Segundo TROSTER E MOCHÓN (2002:262-264), como a política monetária restritiva a oferta na quantidade de dinheiro diminui, tornando mais caros os empréstimos em consequência da elevação das taxas de juros. Já com a política expansiva acontece o inverso, às medidas tendem a aumentar a quantidade de dinheiro ofertado barateando os empréstimos através da redução das taxas de juros. Cada vez que os bancos desejarem ofertar mais dinheiro, ele terá que baixar as taxas de juros para motivar seus clientes a pedir emprestado. Por outro lado, quando os bancos reduzem a oferta de dinheiro, as taxa de juros aumentam, fazendo com que os clientes passem a pagar juros mais elevados em virtude da escassez pelo dinheiro disponível.

Quando o BACEN fixa limites ao aumento da oferta monetária, automaticamente ele está controlando o comportamento da taxa de juros, em que uma redução na oferta implicará na alta de juros, ao passo que um aumento tenderá a uma queda.

O BACEN precisa de utilizar alguns instrumentos para influir diretamente na taxa de juros e na quantidade de oferta, dentre esses está o coeficiente de caixa em que os bancos tem que cobrir em forma de efetivo ou depositar em relação a porcentagem sobre o total de depósitos. O BACEN aumenta ou enxuga a liquidez para que os intermediários bancários possam cobrir o coeficiente legal de caixa, controlando o processo de criação e expansão do dinheiro.

O BACEN faz leilões de títulos com prazos determinados, esses prazos têm variado muito ao longo da história, os títulos pré-fixados possibilitam ao tomador saber o qual o valor de seu rendimento em termos nominais no vencimento do título, já os pós-fixados o rendimento é condicionado a alguma variável, geralmente a inflação.

Títulos do BACEN são títulos emitidos por essa instituição; ele tem mudado ao longo do tempo, destacam-se as LBC e os BBC, subscritos por entidades creditícias sujeitas ao coeficiente de caixa (TROSTER E MOCHÓN, *ibid*: 264).

Ainda de acordo com TROSTER E MOCHÓN (2002:262-264), a política monetária brasileira tem sofrido muitas variações ao longo do tempo. A partir de 1964, reformas estruturais tem sido realizada, contribuindo com aperfeiçoamento e evolução do mercado financeiro.

A regulamentação das leis que permitiram a modernização do sistema financeiro foi estabelecida com a constituição de 1988. A independência do BACEN (Banco Central) na condução da política monetária é um dos pontos principais da reforma. A meta é que as autoridades econômicas fixem seus objetivos em termos variáveis, a exemplo do crescimento do PIB, inflação, nível de emprego e outros, e que aproveite como objetivo intermediário a quantidade de dinheiro e a taxa de variação dos agregados monetários.

Para VICECONTI & NEVES (2007:640-642), o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN), e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), compõe a formação do subsistema normativo brasileiro. O Conselho Monetário Nacional é um órgão normativo superior a todos os outros e que não possui funções executivas, o seu papel é de estabelecer todas as diretrizes de atuação do setor financeiro, atuando como um conselho de política de crédito, de capitais e cambiais. São suas funções:

- Adaptar o volume dos meios de pagamentos às necessidades do setor real da economia e do processo de desenvolvimento;
- Regular o valor interno e externo da moeda;
- Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras e proporcionar condições ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
- Favorecer o melhoramento das instituições e dos instrumentos financeiros;
- Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- Coordenar as políticas monetárias.

O Banco Central do Brasil é o órgão executor do sistema financeiro nacional, no cumprimento das disposições do CMN (Conselho Monetário Nacional), sendo de exclusiva competência do

BACEN a emissão de papel-moeda e de moeda metálica, dentro dos limites autorizados pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

Dentro do conjunto de suas atribuições, o BACEN pode ser considerado:

- **Banco dos bancos** - Com exclusividade no recebimento dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais e no fornecimento de empréstimos de liquidez e redesconto as instituições financeiras;
- **Superintendente do sistema financeiro nacional** - Na adequação do desenvolvimento do sistema às reais necessidades e transformações observadas na economia;
- **Executor da política monetária** – Atuando como regulador do crescimento dos meios de pagamentos;
- **Banco emissor** – Detém o monopólio de emissão do papel-moeda e da moeda metálica;
- **Banqueiro do governo** - Financiador do tesouro Nacional, com a colocação de títulos públicos.

A Comissão de Valores Mobiliários foi criado em 1976, é o órgão mais recente do sistema financeiro nacional, com poderes limitados ao mercado de capitais, suas principais atribuições são:

- Assegurar o funcionamento eficiente das bolsas de valores e das instituições financeiras;
- Proteger os títulos de valores imobiliários;
- Fiscalizar as emissões e negociações dos títulos emitidos;
- Fortalecer o mercado de capitais.

1.7 Versão clássica sobre demanda da moeda

LOPES & ROSSETTI (1998:58-59), faz uma abordagem da versão clássica da demanda da moeda, desenvolvida por um grupo de pensadores que defendia um conjunto de idéias e de princípios liberais, até o surgimento da teoria de Keynes em 1936. As raízes do pensamento clássico encontram-se nas reações liberais à política mercantilista praticada no Renascimento até as revoluções liberais do século XVII.

Os economistas clássicos buscavam encontrar respostas que justificasse o motivo que levariam as pessoas a manterem seus ativos monetários, se elas poderiam ganhar juros

aplicando seus encaixes em ativos financeiros não monetários. Sendo possível aplicar em título, por que manter saldos monetários em caixa.

Foram atribuídas duas razões para explicar este comportamento; a inexistência de igualdade entre fluxo de pagamentos e recebimentos, em que os agentes econômicos (indivíduos e empresas) necessitam reter ativos monetários desde o momento que recebe até o momento de quitar compromissos realizados no passado ou realizar transações correntes. A outra razão levantada pelos clássicos é a imprevisibilidade de determinadas despesas, o que justifica a retenção de moeda tanto pelos indivíduos quanto pelas empresas, além de diversificados tipos de dispêndios que não facilitam previsíveis nem programáveis.

Segundo VICECONTI & NEVES (2007:303), as transações de compra e venda de bens e serviços realizados pelas pessoas que demanda moeda formam o alicerce da teoria clássica.

A necessidade de moeda que o sistema econômico precisa para financiar as transações depende do volume de transações proveniente do número de pagamentos decorrentes de compras e vendas, acarretando na necessidade de moeda, assim como da velocidade da moeda, ou seja, do número de vezes que ela gira para efetuar pagamento.

Segundo COSTA (1999:45), após a publicação do Tratado sobre a Moeda em 1990, a teoria de Keynes contrastava com teoria Quantitativa da moeda, onde o conceito de economia monetária, com a não-neutralidade da moeda se dava quando a moeda desempenhava dentro da economia seu próprio papel, afetando e motivando decisões. Em uma economia monetária, às variáveis atinge não apenas as formas de decisões, mas também sua própria natureza.

Pode-se resumir dentre vários escritos de Davidson a respeito da importância do dinheiro. O dinheiro para Keynes é aquilo cuja entrega possui o poder de saldar os contratos de dívida e sancionar os contratos de preços, e em cuja forma se mantém um acervo de poder geral de compra. (COSTA, 1999:45).

Para VICECONTI & NEVES (2007:301), a Teoria Quantitativa da Moeda foi utilizada como uma das primeiras tentativas de estabelecer uma relação mútua entre a quantidade de moeda em circulação no sistema econômico e o nível geral de preços.

Segundo COSTA (1999:63), a versão keynesiana trata a moeda como reserva de valor, seja para fins de transações futuras, ou para fins precaucionais e oportunidades especulativas. A moeda é considerada não-neutra, quando mantida sob incertezas perante variações futuras nas taxas de juros, afetando o emprego a curto prazo.

Para LOPES & ROSSETTI (1998:67), a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicada em 1936 na versão Keynesiana, contraria a versão clássica, atingindo os aspectos da ortodoxia econômica.

A moeda deixou de ser vista apenas como um instrumento de intermediação de trocas que não afetava significativamente outras variáveis econômicas, como a taxa de juros e o volume global de emprego. (LOPES & ROSSETTI, *ibid*:67)

Keynes considerou a moeda como uma reserva de valor, mantida não somente para realizar transações, como também no atendimento as oportunidades de especulação, a moeda deixou de ser vista como um componente neutro.

Ainda segundo LOPES & ROSSETTI (1998:217), a moeda no modelo keynesiano é desejada como reserva de valor pelos agentes econômicos, que dependendo das taxas de juros poderá prover importantes ganhos de capital. A moeda via taxa de juros afeta o nível de investimentos e conseqüentemente a produção e o nível do emprego. Para Keynes os juros são considerados um prêmio para quem abre mão da liquidez.

1.8 Importâncias econômicas dos empréstimos

De acordo com GALBRAITH (*op.cit.*15-18), as casas de moedas, secretários de tesouro ou ministros da fazenda e bancos de qualquer tipo são progenitores de dinheiro. Na época do Império Romano, a atividade bancaria foi muito importante, declinando na idade Média ao passo que o comércio tornava-se mais difícil e a concessão de empréstimos entrava em conflito com a objeção religiosa a usura. O Banco de Amsterdã realizava os depósitos de acordo com as orientações de seus proprietários, onde ocorriam transferências a outros a fim de realizarem o pagamento de suas dívidas.

Estando sujeita a transferência, a moeda depositada seria como dinheiro. O banco ganhava juros sobre empréstimos efetuados, onde o depositante era informado quanto ao uso de seu depósito e talvez fosse pago por isso. Ficando o depósito inicial a crédito do depositante original, havendo um novo depósito correspondente ao empréstimo, sendo os mesmos utilizados para realização de pagamentos. Era criada assim a moeda. Os bancos descobriram que poderiam criar moeda, com a obtenção dos juros do desempenho da atividade bancaria.

O banco emitia ao tomador do empréstimo, nota resgatável em dinheiro, que por sua vez, foi colocada no banco capital ou depósito sedentário. Assim o tomador com esta nota, realizaria seu pagamento e o recebedor ao contrário do tomador, resgataria a nota e poderia trocá-la por dinheiro, como também realizar seus pagamentos. Enquanto isso o banco recebia juros

sobre o empréstimo original.

Segundo TROSTER & MOCHÓN (op.cit.125-127), o tipo de juros, ao ser o preço de um empréstimo, é determinado pela demanda e pela oferta dos mesmos. A demanda de empréstimos se dá por meio das empresas, governos e pelas famílias, podendo ser utilizados na compra de bens de capital, pagar gastos e aquisição de bens de consumo em quantidades maiores que o permitido com suas receitas.

Para TROSTER & MOCHÓN (2002:232-233), para realização dos planos de consumo ou investimento são necessários recursos financeiros, os agentes que realizam poupanças não são os mesmos que realizam investimento, então é adequado que alguns mecanismos sejam articulados com a finalidade de transferir recursos de um agente para outro. Em toda economia o sistema de financiamento tem um grupo de ofertantes que são sujeitos econômicos com capacidade de financiamento, o outro de demandante com necessidade de financiamento, e o conjunto de instituições financeiras que intermedia o processo, como também na captação de fundos para depois oferecer às empresas e aos indivíduos ou ao setor público.

Para COSTA (1999:75), não obstante Locke tenha sido o criador do argumento da Lei das Duas Taxas de Juros, Thornton utilizou-a para criticar a doutrina do real bills. Inspiraram Wicksell e Hayek para fazerem da igualdade as duas taxas de juros equilibrando e neutralizando a moeda. Enquanto Wicksell pode ser visto como principal transmissor da influencia de Thornton sobre a análise monetária contemporânea, Henry Thornton foi vítima do sucesso de David Ricardo.

Segundo a teoria de Ricardista, os juros representam uma espécie de pagamentos pela disposição de capital na obtenção de lucro. Ricardo distingue duas taxas de juro.

Taxa de juro natural. É relacionada à taxa de lucro, sendo um fenômeno real, porque depende das condições técnicas de produção e do nível de salário real. Taxa de juros de mercado. É resultante do confronto entre a oferta e a demanda de moeda; logo, trata-se de um fenômeno monetário (DAVID RICARDO apud COSTA. 1999:175).

Como se observa, a taxa de juro natural corresponde a taxa de lucro, ou seja, sua dependência está aliada as condições técnicas de produção e do estado do salário real, enquanto que a taxa de juros de mercado, corresponde ao resultado da comparação entre a oferta e a demanda da moeda, já que se trata de uma questão monetária.

Para GALBRAITH (1997:15-17), na época do Império Romano a atividade bancaria teve um papel muito importante, seu declínio veio logo após na Idade Média, ao passo que o comércio

tornava-se mais difícil e a concessão de empréstimos entrava em choque com a contestação religiosa à usura.

1.9 Reflexos dos empréstimos consignados na economia

De acordo com a CREDIBRAS (2006) desde a criação em maio de 2004 os empréstimos consignados para aposentados e pensionistas já ultrapassa 11 bilhões, liberados por meio de 6,8 milhões de operações, segundo informações.

Só no mês de dezembro de 2005 o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) registrou 500 mil novas operações. A maioria recebe um salário mínimo, os beneficiários cuja renda não ultrapassa um salário mínimo são os consignados, eles representam 50,36% de todos os contratantes de maio de 2004 até dezembro de 2005. Nesse entendimento, a cidade de Pombal que se situa no alto sertão paraibano, onde se faz necessário atribuir comentários, contribui com uma parcela desses tomadores de empréstimos, com destaque para os funcionários públicos municipais.

No próximo capítulo serão abordados vários aspectos sociais e econômicos da cidade de Pombal, bem como seu perfil e comentários gerais do surgimento até os dias atuais.

CAPITULO II

2 COMPONENTES DA HISTÓRIA DE POMBAL

2.1 Breve histórico da cidade de Pombal – PB

De acordo com SEIXAS (2004), Conhecido o litoral de todo o Brasil, as atenções dos nossos colonizadores se voltaram para a terra interiorana. O território Paraibano pertencia à Itamaracá, doada em 1534 a Pero Lopes, irmão de Martim Afonso de Sousa.

Após a expulsão dos holandeses da Paraíba é que, na realidade, começaram as explorações do Interior. A princípio as entradas pelo sertão quase se limitavam ao tráfego dos rios, dentre eles Piancó e Piranhas.

Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1696, Teodósio de Oliveira Ledo, se encontra no sertão das Piranhas, em sua luta com os indígenas, na tentativa de fundar um Arraial e desenvolver a agropecuária local. No ano seguinte viajou do sertão para à capital da Província da Paraíba para pedir ao Governador apoio na tentativa de expulsar os índios da região, sendo esses índios muito ferozes e violentos, no dia 6 de agosto Teodósio escreve ao Governador dando noticia do “bom sucesso” que teve na entrada ao sertão das piranhas e frente as hostilidades indígenas.

Em 27 de julho de 1698 no sertão das Piranhas, no lugar denominado povoação do Piancó, Teodósio juntamente com sua família que ele levava para o sertão e muitas outras que ali chegara, fundou o Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, a expressão Piancó não se refere apenas ao rio, mas ao nome oficial da terra, que viria a ser mais tarde Vila e depois Cidade de Pombal.

Segundo Abrantes (2011), o primeiro nome de Pombal teria sido "Arraial do Piancó" e somente depois "Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Piancó". Alteração de nome pela Carta Régia de 22 de julho de 1766 para Vila Nova de Pombal. Instalada em 4 de maio de 1772. Alteração de nome de Vila Nova de Pombal para Pombal, pela lei provincial nº 68, de 21/07/1862.

Em 13 de janeiro de 1701 foi autorizada através da carta régia, a construção da primeira igreja no Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, essa igreja primitiva feita de palha, não resistiu ao tempo e foi demolida, já em 1721, teve inicio no Arraial, a construção da

segunda igreja, com o nome de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que mais tarde viria a ser denominada de Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Figura 01: Igreja Nossa Senhora do Rosário
Fonte: Batistinha Linhares, 2010

Em 1872 é iniciada a construção da terceira Igreja de Pombal, a qual é concluída em 1897, com o nome de Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, passando a velha Igreja de 1721 à denominação de Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Figura 02: Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso (Matriz)
Fonte: Tutz.com.br

Alexandre (2004) afirma que foram iniciadas em 1938 pelo prefeito Sá Cavalcanti, as construções: Açougue Público, Praça Getúlio Vargas, Coluna da Hora, Coreto e Praça do Bar Centenário; concluídas em 1940.



Figura 03: Açougue Público
Fonte: liberdade96fm.com.br

As figuras 04 e 06 mostram as duas principais praças de Pombal, localizadas no centro da cidade, que hoje é considerada entre as mais belas da Paraíba, com sua beleza exuberante as praças Getúlio Vargas e Praça do Centenário são sem dúvida o cartão postal da cidade.



Figura 04: Praça Getúlio Vargas, atrás a coluna da hora.
Fonte: tutz.com.br



Figura 05: Coluna da hora
Fonte: Tutz.com.br



Figura 06: Praça do Centenário
Fonte: Batistinha Linhares, 2010

2.2 Localização

Conforme o IBGE (2008) Pombal é umas das cidades mais antiga da Paraíba e desfruta de uma localização privilegiada, uma cidade central ligada a diversos municipio, localizada na região oeste do Estado da Paraíba na Meso-Região do sertão Paraibano e Micro-Região Sousa no alto sertão, sua sede municipal situa-se à uma altitude de 184 metros do nivel do mar, possui coordenadas de 632.393EW e 9.251.510NS, ocupando uma área de 889Km², o que representa 1,58% da superfície total do estado, sendo a segunda maior cidade da Paraíba em questão de território. Tem uma taxa de crescimento anual de 1,86%, possui o 15º maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Paraíba, e a expectativa de vida no município é em média 66,2 anos.

De acordo com Fonte do IBGE, O município limita-se ao norte com o município de Lagoa, ao Norte e a Leste com Paulista, A Leste com Condado, Ao Sul e a Leste com São Bentinho, Ainda ao Sul e a Leste com Cajazeirinhas, Ao Sul e a Oeste com Coremas, A Oeste com São José da Lagoa Tapada, Ainda a Oeste com Aparecida, Ainda a Oeste, Norte e Sul com São Domingos de Pombal e com a Oeste com São Francisco. A cidade está a uma distancia de 377 Km da capital tendo como vias de acesso a Rede Ferroviaria Federal do Nordeste e as rodovias federaisl BR-230 e BR-407 que corta toda a cidade.

As figuras nº 5 e 6 mostram a vista aérea de grande parte da Zona Urbana e o mapa da cidade com seus principais acessos, com uma abordagem de todos os bairros e algumas referência de localidades.

Vista Aérea da Cidade de Pombal-PB



Figura 7: Foto Aérea da Cidade de Pombal
Fonte: SEINFRA/2009

Mapa da Cidade



Figura 8: mapa da cidade de Pombal - PB
Fonte: Alexandre, 2004

O mapa da cidade mostra as BR 230 que dá saída para as cidades de Sousa, Cajazeiras, Patos, Campina Grande e João Pessoa, a BR 427 dando saída para as cidades de Paulista, Serra Negra e Caicó, além das rodovias estaduais que ligam a cidades de Cajazeirinhas e Coremas, como também a ferrovia que liga através de sua rede férrea as cidades de Recife - PE e Fortaleza - CE.

De acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2010) a cidade tem uma população total de 32.117 habitantes dos quais 25.760 (80,20%), são da zona urbana e 6.357 (19,80%) da zona rural. Com um clima quente e seco e temperaturas variando entre 18°C para a média das mínimas e 39°C para a média das máximas, Pombal conta com três importantes rios; o Peixe, Piancó e Piranhas.

Rio Piancó



Figura 9: Rio Piancó em sua calma.
Fonte: omundocomoelee.blogspot.com

2.3 Aspecto econômico da cidade

De acordo com o IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a economia de Pombal é denominada pelo comércio, algumas fábricas, agricultura e agropecuária, sendo estas de grande importância econômica, constituindo a base da economia local.

A cidade conta com três importantes rios; o Peixe, Piancó e Piranhas sendo esses fundamentais para o desenvolvimento da economia, existem no município diversas jazidas de pedra calcária e grandes áreas com argila, essa última, normalmente utilizada na confecção de tijolos e telhas, para construção civil. Há indício da existência de jazidas de minérios de valor, como ouro e mica apesar de nunca ter ocorrido exploração nesse sentido.

De acordo com IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o PIB (Produto Interno Bruto) a preço corrente em 2008 era de R\$ 139.494,00, ocupando a décima nona economia

do Estado, Nesse período Pombal ocupou a primeira posição no sertão da Paraíba na composição setorial do PIB, participando com 75,6% no setor de serviços na formação do PIB, ficando acima de muitos municípios, contrastando com 12% no setor secundário, expondo a fragilidade do município na produção industrial, encurtando as chances de um crescimento na economia, conforme o quadro abaixo:

Participação dos Setores Produtivos, mais Impostos, em termos percentuais, na Formação do PIB dos seis Municípios da Paraíba em 2008.


Municípios	Serviços	Indústria	Agropec.	Impostos
Sousa	61.8%	25.7%	4.5%	7.9%
Patos	73%	16.9%	1.4%	8.6%
Cajazeiras	73.5%	13 %	1.4%	12.2%
Pombal	75.6%	12%	7.6%	4.8%
Catolé	74.8%	14.5%	4.2%	6.5%
São Bento	72.5%	18.9%	2.5%	7.0%

Quadro 1: Participação dos setores produtivos na formação do PIB dos seis maiores municípios da Paraíba em 2008.

Fonte: IBGE/IDEME

O setor de serviços vem crescendo muito na cidade, prova disso é que Pombal é uma das cidades que mais recebe recursos do Governo Federal, conforme mostra o portal de transparência do governo Federal, onde consta que no período de 2005 a 2010 a cidade recebeu R\$ 130.340.002,08 (Cento e trinta milhões, trezentos e quarenta mil, dois reais e oito centavos), todo esse recursos são foram aplicados em diversas áreas, com destaque maior para as obras que foram executadas e que ainda estão em andamento, gerando cada vez mais serviços e renda para os trabalhadores da cidade.

De acordo com o SAGRES, em maio de 2010 o município apresentava em seu quadro funcional o numero de 1303 (mil trezentos e três) funcionários, que totaliza um valor de R\$ 1.231.592,33 (Um milhão quinhentos e noventa e dois mil e trinta e três centavos), sendo todo esse dinheiro injetado todo mês na economia da cidade, além de alguns programas do governo Federal a exemplo do programa BOLSA FAMILIA que no mês de março de 2009 pagou em sua folha de pagamento a 4.852 beneficiários (Família) o valor de R\$ 349.426,00 (Trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais), demonstrado na tabela abaixo.

Números totais de beneficiários por benefícios					
Total de Beneficiários	4842				
Bolsa Família	3449	242.838,00		Valor Total	
Bolsa Escola	4530	90.600,00		349.426,00	
Pro Jovem	758	15.150,00			
Extraordinário	-	838,00	(Tipo de benefício concebido quando a família possui deficientes, idosos sem BPC ou Aposentadoria e doentes que necessitem de remédios controlados ou mesmo lactantes em fator de risco social).		
Total de Benefícios	9049				

Quadro 2: Número de beneficiários do Programa Bolsa Família
Fonte: Secretaria Municipal de Ação Social (2010).

O comércio de Pombal vem crescendo em ritmo acelerado devido a uma serie de fatores que vem acontecendo, dentre elas podemos destacar a instalação do CAMPUS Universitário UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), que vem movimentando a economia da cidade com a vinda de estudantes e professores que vieram de outras localidades morarem na cidade, além da oferta de serviços na área da construção civil e grandes obras publicas que a cidade vem realizando, como também a implantação de novos programas Federais a exemplo do CAPS INFANTIL, CRAS II, NASF E PRÓ-JOVEM, somado ao surgimento de novas empresas como as Lojas Maia e o Banco Bradesco recentemente instalados na cidade, contribuindo para o movimento do comércio que conta como parceiro o SEBRAE responsável pelo melhoramento econômico dessas empresas.

Segundo o IBGE (2009), Pombal tem em seu cadastro central de empresas o número de 721(setecentos e vinte um) unidade de empresa legalizadas, 2.185 (Dois mim cento e oitenta e cinco)de empregos com carteira assinada, total de Salários e outras remunerações, R\$ 19.742,00 (Dezenove mil setecentos e quarenta e dois reais), e uma média mensal de salário de 1,6 Salários mínimos.

Segundo o Banco Central do Brasil (2009) Pombal conta com três agencias: Operações de Crédito R\$ 58.777 Mil Reais; Depósitos à vista – governo R\$ 742 Mil Reais; Depósitos à vista - privado R\$ 6.805 Mil Reais; Poupança R\$ 36.991 Mil Reais; Depósitos a prazo R\$ 2.629 Mil Reais; Obrigações por Recebimento R\$ 26 Mil Reais.

2.4 Dados da educação municipal

Segundo PB agora (2011), a Paraíba tem a sétima maior taxa de reprovação do país, sendo a quarta entre os estados do Nordeste, isso segundo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2009). Quando se trata de taxa de aprovação no ensino fundamental, a Paraíba ocupa o terceiro pior índice do Nordeste, com 76,6%, perdendo apenas para Bahia(75,3%) e Piauí (73,1%).

Segundo MEC (Ministério da Educação e Cultura), O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o Ideb da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Segundo dados da Secretaria de Educação, Pombal tem procurado a fazer o que foi determinado pelo Ministério de Educação para a melhoria do ensino, prova disso são os resultados obtidos em 2010, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb 2010) o município dispões de um total de 29 escolas com um numero de 3420 matriculas, conforme demonstrativos fornecidos pela Secretaria de Educação do município constando os índices alcançados por cada escola, o número de escolas municipais e o número de matriculas.

Resultado dos índices alcançados segundo IDEB 2010

ESCOLA	2009 OBS	2009 PROJET.	2011 PROJET.	2013 PROJET.	2015 PROJET.	2017 PROJET.
NEWTON	3.7	3.8	4.3	4.5	4.8	5.1
SEIXAS (anos iniciais e finais)	3.2	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5
N.SENHORA	5.5	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3
DO ROSARIO	4.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.6

DECISÃO	4.5	3.1	3.4	3.8	4.2	4.4
POETA BELARMINO	2,7	4,2	4.6	4.9	5.2	5.4
FCO JOSÉ SANTANA	3.9	2.9	3.5	3.8	4.0	4.3
MATILDE DE CASTRO	4.3	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
VIDA NOVA	4.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1

Quadro 3: Resultado dos índices alcançados por escola

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/IDEB 2010

Número de matrícula inicial e final de cada escola, conforme IDEB 2010.

ESCOLA	MAT. INICIAL	TRANSFERENCE	EVASÃO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	MAT. FINAL
NEWTON SEIXAS (anos iniciais e finais)	571	56	50	388	77	465
N.SENHORA DO ROSARIO	670	60	19	515	76	591
DECISÃO	442	56	11	350	25	375
POETA BELARMINO	270	15	06	217	32	249
FCO JOSÉ SANTANA	268	24	21	177	46	223
MATILDE DE CASTRO	262	27	0	214	21	235
VIDA NOVA	186	10	02	161	13	174
GUILHERME TRIGUEIRO	27	01	02	34	0	34
EJA-1ª ETAPA 2º E 3º ANOS	89	02	26	46	15	61
2ª ETAPA 4º E 5º ANOS	62	01	19	28	14	42
TOTAL	151	03	45	74	29	103

Quadro 4: Número de matrícula inicial e final de cada escola

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/IDEB 2010

Número de escolas e matrículas

LOCALIDADE	Nº DE ESCOLAS	MAT. INICIAL 2010
ZONA RURAL	21	422
ZONA URBANA	08	2.847
EJA	-	151
TOTAL	29	3.420

Quadro 5: Numero de escolas e matrículas

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/IDEB 2010

Segundo dados da prefeitura municipal de Pombal, além das escolas municipais, existem 6 escolas estaduais com 3.729 alunos e 187 professores, 4 particulares com 1.309 alunos e 89 professores.

Pombal conta ainda com um campus da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), instalada no início de 2007, em razão de várias manifestações realizada pela sociedade civil juntamente com o poder público municipal através do prefeito Jairo Vieira Feitosa (in memória), que naquele momento foi peça fundamental e decisiva na instalação do campus na cidade, quando aceitou todas as condições imposta necessária para que o CAMPUS fosse implantado, doando uma área para construção, que hoje é considerado o segundo maior da Paraíba em área territorial, oferecendo os cursos de Engenharia Ambiental, Agronomia e Engenharia de Alimentos.

Segundo o site Passei Web (2011), o reitor Thompson Mariz esteve na cidade no dia 26 de agosto de 2011, na cerimônia de assinatura do termo de cooperação técnica entre a universidade Federal de Campina Grande (UGCF), o Governo do Estado e a Prefeitura, que no momento anunciou o projeto de criação dos Cursos de graduação em Engenharia Química, Engenharia Civil e Arquitetura para o campus de Pombal, no Reuni II; e falou da necessidade de se pensar em mais quatro cursos, compondo assim a configuração anunciada pelo MEC como básica (dez cursos) para um campus universitário, antecipando ainda a intenção de criar dois pólos ligados ao CCTA, nas cidades de Coremas e São Bento-PB.

2.5 Alguns aspectos da saúde de Pombal.

Segundo a secretaria municipal de saúde, o governo municipal vem trabalhando para melhorar a qualidade de vida dos pombalenses com ações e serviços que promova o bem estar físico psíquico e social. No entendimento que a saúde é um direito de toda a secretaria vem prevenindo e reabilitando a todos de forma integral, com responsabilidade, respeito, resolutividade e humanização nos serviços.

O município conta com uma estrutura física adequada a população assistida e aos profissionais de saúde assegurando uma melhor qualidade nos serviços prestados. Dentro de sua estrutura o município conta:

Atenção Básica

- 11 USB – Unidade Básica de Saúde da Família;
- Imunização;
- NASF – Núcleo de Atenção da Saúde da Família.

Vigilâncias

- Vigilância Sanitária;
- Vigilância Epidemiológica;
- Vigilância Ambiental.

O município conta com 21 especialidades médicas:

• Oncologia	• Endocrinologia
• Mastologia	• Neo-reologia
• Gastroenterologia	• Urologia
• Ultrassonografia	• Nutrição
• Eletroencefalograma	• Dermatologia
• Mamografia	• Psicologia
• Pediatria	• Cardiologia
• Fisioterapia	• Reumatologia
• Fonoaudiologia	• Otorrinolaringologia
• Ortopedia	• Obstetrícia
• Psiquiatria	

Quadro 6: Especialidades Médicas no Município

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

O município conta ainda com alguns programas de saúde como:

- CAPS I – Centro de Assistência Psicossocial;
- CAPS INFANTIL – Centro de Assistência Psicossocial Infantil;
- SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência;
- CEO – Centro de Especialidades Odontológicas;
- Laboratório de Análise Clínica;
- Laboratório de Prótese Dentária;
- UPA – unidade de Pronto Atendimento (Em fase de conclusão).

O município dispõe de uma Casa de apoio na Cidade de João Pessoa-PB, para as pessoas que buscam por um tratamento que não tem na cidade, essa casa tem o objetivo de garantir um melhor conforto a todos os pombalenses que não tem um lugar pra ficar durante o período do tratamento, além dessa estrutura o município tem como objetivo a aquisição de um Tomógrafo, um Hemocentro e um Centro de Hemodiálise, centro de cardiológico, um Caps. AD e a implantação da 13ª Gerência Regional de Saúde.

A cidade conta hoje com apenas um hospital de médio porte, que está sendo reformado para se tornar um dos maiores e melhores hospitais da região. Existe também outro hospital pertencente a Diocese de Cajazeiras que já funcionou por muito tempo, que agora passa por uma reforma e está parcialmente pronto, com perspectiva de atendimento particular e outra parte pelo SUS, além de clínicas particulares instaladas na cidade a cidade dispõem de diversos laboratórios.

Portanto, a realização desta pesquisa aborda assuntos da economia local, dos aspectos da cidade, o que se faz necessário apresentar a metodologia aplicada, a fim de informar quais os caminhos que foram utilizados para a concretização deste estudo.

CAPITULO III

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção, serão abordados os aspectos metodológicos utilizados durante a pesquisa em detrimento dos objetivos pretendidos, utilizando métodos estatísticos a fim de mensurar a melhor maneira possível às respostas dos entrevistados, além da caracterização do estudo e sua natureza.

3.1 Tipos de pesquisa

Nesse estudo foram utilizados os tipos de pesquisa que segundo Vergara (2010) se desdobra em meios e fins, Portanto, fica categorizado:

- Quanto aos fins à pesquisa, foi: exploratória e descritiva.
A pesquisa é exploratória por ter sido desenvolvida em área que foi pouco estudada. Essa forma de pesquisa se inseriu nesse trabalho por ser uma temática pouco abordada e até então não desenvolvida na cidade.
A pesquisa é também do tipo descritiva por se tratar de uma avaliação que visa descrever o impacto dos empréstimos consignáveis na economia de Pombal no período de 2005 a 2010.
- Quanto aos meios, à pesquisa será de campo, documental e bibliográfica.
Para o autor supramencionado a pesquisa de campo é a investigação no local onde ocorreu ou ocorre um acontecimento e que dispõe de informações para explicá-lo; Pesquisa documental é a investigação realizada através de documentos de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas; A pesquisa bibliográfica por ter sido desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é material acessível ao público em geral.

3.2 População pesquisada

Para Vergara (2010), população é um conjunto de pessoas, empresas ou produtos que possuem as características que serão estudadas. Já a amostra é uma parte da população nomeada segundo critérios de representatividade.

A população pesquisada foi composta de servidores públicos municipais e comerciantes, para levantamento de dados foi aplicado a uma amostra de 100 (cem) pessoas beneficiadas com

os empréstimos, correspondente a 29% do universo de 340 funcionários que adquiriram os empréstimos no período de 2005 a 2010, como também foram aplicados questionários com o universo de 20 comerciantes locais e com bancos que concedem empréstimos.

3.3 Instrumento técnico utilizado

Segundo VERGARA (2010), o questionário caracteriza-se por um conjunto de perguntas que são feitas aos entrevistados, em virtude de sua flexibilidade é o instrumento de pesquisa muito utilizado.

Para coletar os dados foram utilizados dois questionários contendo 11(onze) perguntas, esse número foi bem reduzido com o intuito de não cansar o entrevistado, as questões apresentaram como abertas deixando o respondente livre para responder, e fechadas através de escolhas ou ponderação por parte do entrevistado. Os dados foram coletados em duas etapas, à primeira com servidores municipais que contraíram os empréstimos consignados, e a segunda com os comerciantes atuantes nos segmentos supracitados.

3.4 Coleta dos dados

O período utilizado para coleta dos dados foi de julho a outubro de 2011. No questionário utilizado foram aplicadas perguntas dicotômicas, ou seja, respostas através do sim ou não, como forma de agilizar e facilitar a entrevista. O questionário foi aplicado pelo autor dessa monografia.

3.5 Tratamento dos dados

Para vergara (2010), os objetivos são alcançados com a coleta, o tratamento e, posteriormente com a interpretação dos dados coletados.

A análise e apresentação dos dados são tão importantes quanto à coleta dos mesmos, tendo como resultado uma apresentação de forma clara e objetiva do assunto estudado, facilitando a identificação dos resultados do tema abordado.

CAPITULO IV

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Resultado da pesquisa realizada com os funcionários do município de Pombal – PB.

Os Percentuais apresentados no gráfico abaixo têm por objetivo apresentar a finalidade pela qual esses servidores contraíram o empréstimo. Segundo os dados coletados 64% dos entrevistados disseram que a finalidade teria sido para quitar dívidas, onde essa linha de crédito oferecida pelo banco seria uma forma mais fácil de pagar as dívidas contraídas que muitas vezes cresciam com os juros, ficando difícil de quitar de uma única vez com seus vencimentos. Percebe-se também que 20% dos entrevistados optaram em adquirir algum bem, ao passo, que nenhum dos entrevistados disse que o objetivo do empréstimo seria uma reserva de dinheiro, o restante teve outras finalidades.

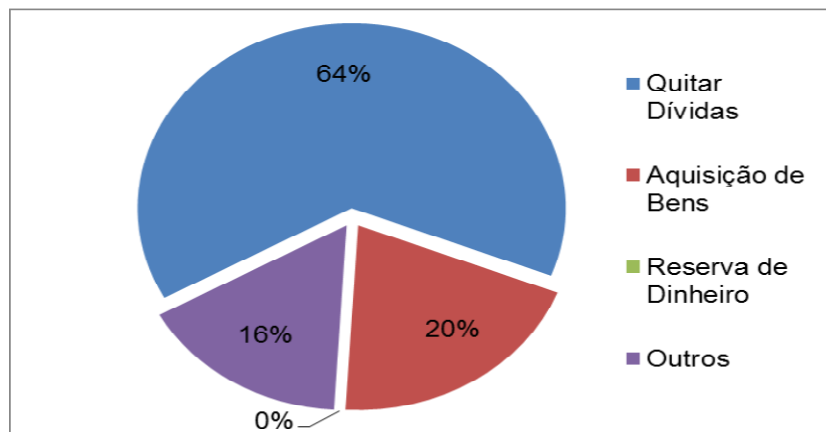


Gráfico 1 – Finalidade dos empréstimos consignados por parte dos funcionários da Prefeitura Municipal de Pombal no período de 2005 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os fatos de que grande parte desses servidores municipais sobrevive com pouco mais de um salário mínimo e que seus rendimentos são insuficientes para atender todas as suas necessidades, o empréstimo apresenta como uma boa alternativa para a quitação das dívidas desses servidores ou adquirir algum bem.

Os dados abaixo mostram o nível de conhecimento desses servidores no tocante à taxa de juros e forma de pagamento. Conforme demonstrado no gráfico 2, 83% dos entrevistados disseram não ter pesquisado no mercado as taxas de juros e nem as formas de pagamentos, isso pelo fato de que esses servidores só podem contrair seus empréstimos com desconto em folha de pagamento nos bancos conveniados com o município responsável pelo pagamento

da folha, impossibilitando ao servidor contrair empréstimo em outra instituição credora que possivelmente apresentasse taxas de juros diferenciadas.

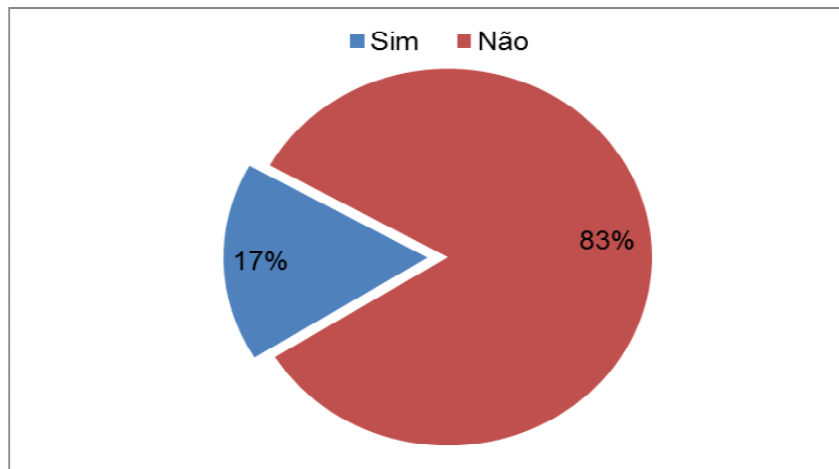


Gráfico 2 - Pesquisa de mercado sobre taxa de juros e forma de pagamentos

Fonte: Dados da pesquisa.

O banco conveniado para movimentação financeira do município coloca a disposição desses servidores uma linha de crédito com juros pré-fixados e parcelas fixas, além de oferecer um prazo um grande numero de parcelas para pagamento do valor contraído.

No gráfico 3, se analisa o percentual com relação à orientação que os servidores tiveram sobre essa linha de crédito. Parte dos entrevistados afirmou não ter recebido orientação de alguém para fazer tal empréstimo, isso demonstra o quanto os bancos vinham perdendo durante esse período pesquisado em não orientar essas pessoas, apesar de nos últimos anos passarem a disponibilizar pessoal com a finalidade de acompanhar essas pessoas até as agências dando as orientações necessárias para realização dos empréstimos, diminuindo esse percentual nos últimos anos.

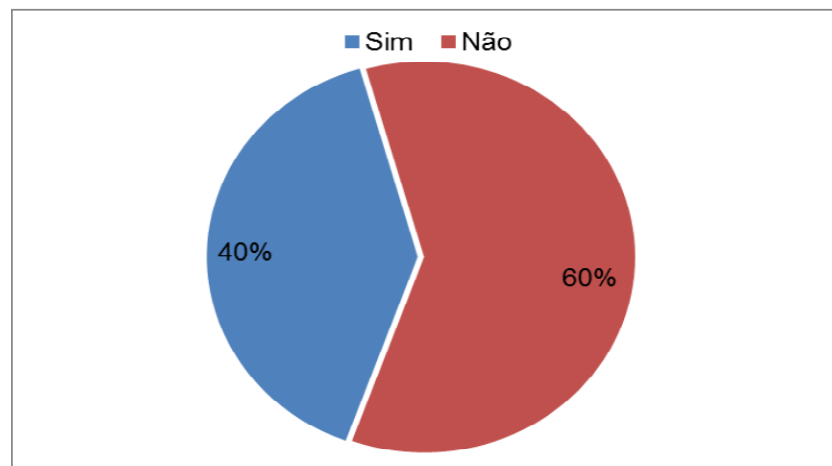


Gráfico 3 - Orientação de alguém de como fazer o empréstimo

Fonte: Dados da pesquisa.

É perceptível a falta de conhecimento do servidor público municipal com relação aos empréstimos consignados, onde 60% afirmaram que não receberam orientação de alguém, em como proceder junto ao banco conveniado com o município para contrair tais empréstimos.

O gráfico 4 vem mostrar qual o nível de satisfação dos servidores quanto a forma de pagamento, onde 93% dos entrevistados disseram ter gostado da forma de pagamento oferecida pelo banco e que de certa forma possibilitou a eles uma elasticidade no prazo para pagamento do valor contraído em grande numero de parcelas, comprometendo apenas uma pequena parte do seu salario que será atualizado a cada ano com aumento do salario mínimo, compensando o valor comprometido com as parcelas, conforme o período do empréstimo.

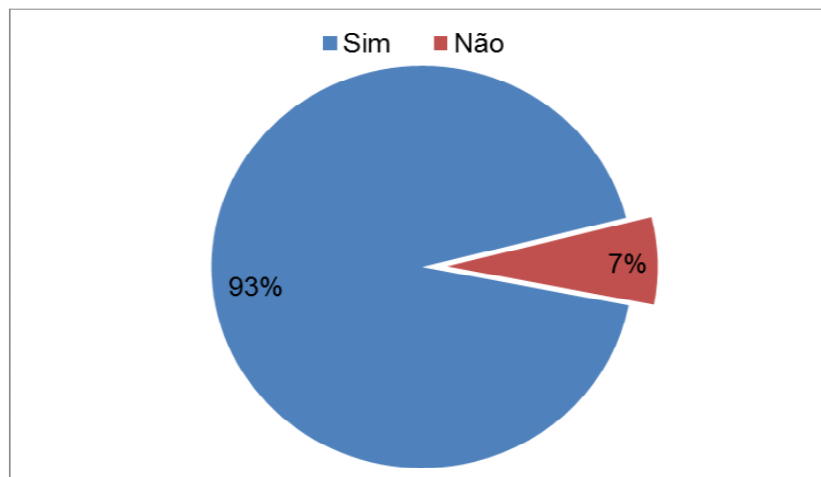


Gráfico 4 - Nível de satisfação dos funcionários quanto à forma de pagamento

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à forma de pagamento, as maiorias dos servidores afirmaram que as parcelas do empréstimo estão dentro de seus orçamentos e que essa oportunidade abriu a possibilidade de quitar as dividas e honrar os compromissos que antes seria quase impossível acontecer, uma vez que teriam de comprometer de uma única vez seu orçamento. No entanto, 7% afirmaram que pelo fato de não poderem assumir um valor maior das parcelas, ficam obrigados a comprometerem por muito tempo parte de seus salários no pagamento do empréstimo.

A partir dos dados abaixo se pode perceber que esses servidores ver nos empréstimos uma opção saudável para resolver seu problemas financeiros, fato esse que através da pesquisa sobre a possibilidade de obtenção de um novo empréstimo, 72% dos servidores entrevistados disseram que fariam novamente outro empréstimo nas mesmas condições, conforme mostra o gráfico 5, essa opção de fazer outro empréstimo seria pela facilidade em contrair e pela

forma de pagamento oferecida pelo banco, uma vez disponível caso houvesse alguma necessidade.

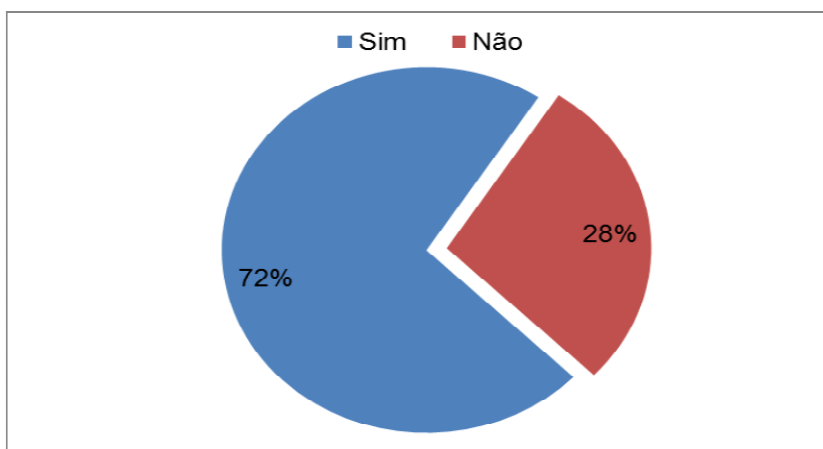


Gráfico 5 - Opinião dos funcionários em relação a um novo empréstimo
Fonte: Dados da pesquisa.

Enquanto 72% dos entrevistados afirmaram que fariam novamente outro empréstimo nas mesmas condições, 28% responderam que não, o motivo pelo qual esses servidores não fariam novamente esse empréstimo, é que muita vezes o dinheiro atende a necessidade naquele momento, mas depois isso se transforma em uma bola de neve que só cresce e que devido à diminuição do poder de compra ele passa a contrair novas dívidas.

O sexto gráfico vem mostrar se ocorreu alguma redução na composição da cesta básica. Para maioria, representado por 80% dos entrevistados, não ocorreu redução na sua cesta básica ao contrair o empréstimo, onde segundo eles o valor comprometido com o pagamento das parcelas não impactou diretamente na sua cesta básica.

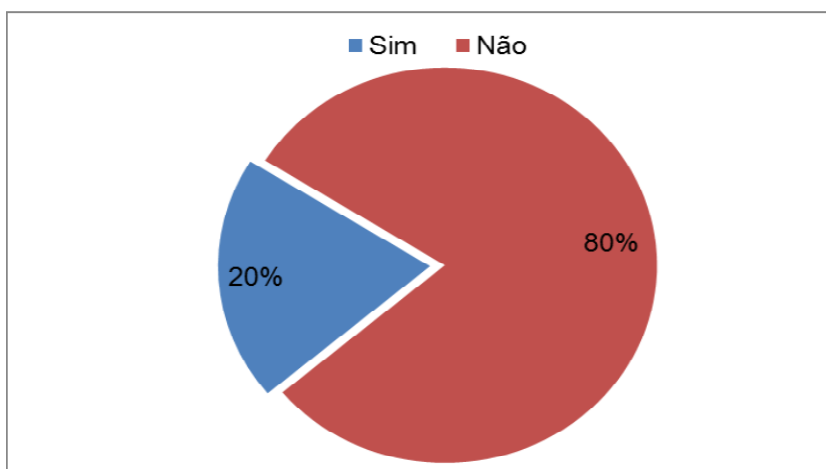


Gráfico 6 - Ocorrência de redução na cesta básica em detrimento dos empréstimos
Fonte: Dados pesquisa.

Muito dos servidores afirmaram que, pelo fato de contrair o empréstimo, não tiveram redução em sua cesta básica, segundo os entrevistados o segredo para que não ocorra uma redução, é esticar o prazo no pagamento das parcelas, e não comprometer toda margem que é de 30% sobre seus vencimentos. O restante dos entrevistados disse que tiveram redução na sua cesta básica, segundo eles essa redução deve-se ao fato de comprometer toda sua margem consignável e consequentemente a diminuição do poder de compra.

Através do gráfico abaixo se pode conhecer o nível de satisfação dos funcionários, quanto aconselhar alguém a realizar tal empréstimo. De acordo com o gráfico, 71% dos entrevistados disseram que aconselhavam outras pessoas a fazerem o empréstimo com desconto em folha de pagamento, mesmo pagando com juros o valor contraído, ainda seria a melhor opção pra quem está precisando do dinheiro.

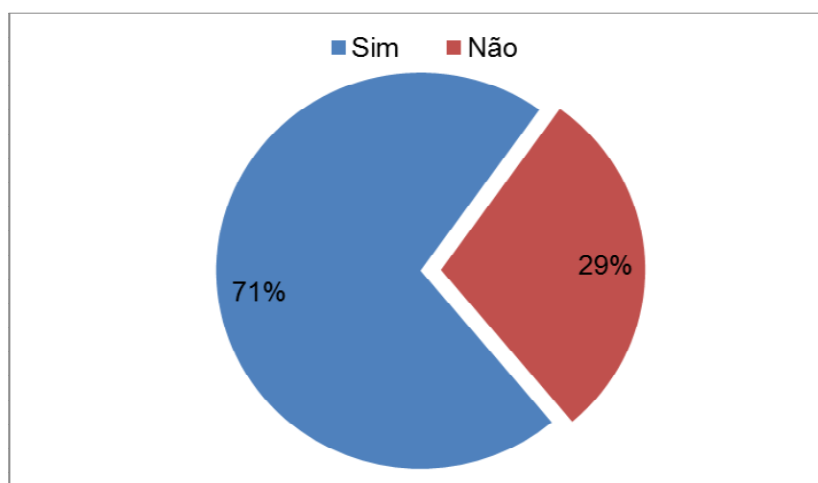


Gráfico 7 - Posição dos funcionários em relação a aconselhar alguém a fazer um empréstimo consignável.

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo os servidores entrevistados, eles aconselhavam outras pessoas a fazerem o empréstimo, porque seria a melhor saída para atender naquele momento a necessidade surgida, uma vez que está disponível pra eles e as taxas de juros são bem menores comparadas a particulares. Percebe-se também, que 29% não aconselhavam outras pessoas a fazerem, afirmando que muitas vezes acontece o desvio da finalidade específica pela qual foi realizado o empréstimo, acarretando dois problemas, como uma nova dívida e uma nova necessidade.

O gráfico abaixo trata, se as informações concernentes aos empréstimos foram repassadas aos servidores na hora de contrair o crédito. Através dos dados coletados conforme mostra o gráfico, 91% dos entrevistados receberam orientação do banco no ato do empréstimo, quanto

à taxa de juros, valor do empréstimo, valor e quantidade das parcelas, além da margem consignável que o servidor tem disponível para contrair determinado valor.

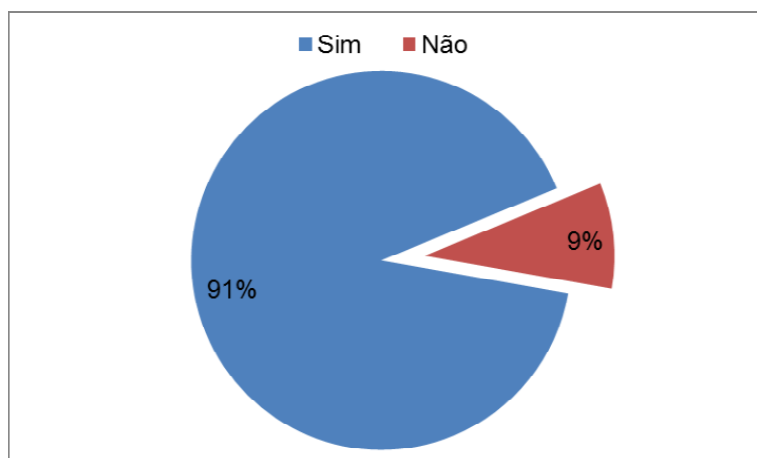


Gráfico 8 - Orientação do Banco no ato do empréstimo.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os servidores entrevistados disseram ter recebido orientação do banco com relação ao empréstimo, no entanto essas informações muitas vezes são quase irrelevantes pelo fato da necessidade de contrair o empréstimo, mas que momento a preocupação se volta para o valor das parcelas e não dos os juros. Já 9% disseram não que obtiveram essas orientações do banco, talvez segundo eles pudesse ser a ansiedade.

De acordo com o gráfico 9, os entrevistados apresentaram uma variação relacionado ao valor contraído, percebe-se que apenas 16% optaram retirar um valor menor, talvez pra sanar alguma emergência surgida, já para alguns, representado por 33%, o valor adquirido é bem maior, mostrando que existe particularidade de cada um referente a suas necessidade e a preocupação em não comprometer boa parte de seu salário com os pagamento do empréstimo.



Gráfico 9 - Variação entre o valor do empréstimo.
Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda conforme os dados acima, 24% e 27% contraíram um valor bem maior, ou seja, acima de 7 salários mínimos, denotando que a finalidade desse dinheiro muitas vezes é usado para a realização de determinado objeto. Os dados desse gráfico apresentam em todos os percentuais as particularidades existentes entre esses tomadores, na hora de contrair o valor desejado.

O gráfico 10 mostra que 47% dos entrevistados optaram em pagar o empréstimo em mais de 36 parcelas a fim de diminuir o valor das mesmas, segundo eles o valor do empréstimo diluído em um número maior de parcelas não compromete tanto o orçamento, embora passe um bom tempo, uma parte do salário comprometido, mas conforme o reajuste do salário mínimo esse valor vai ficando mais fácil de pagar.

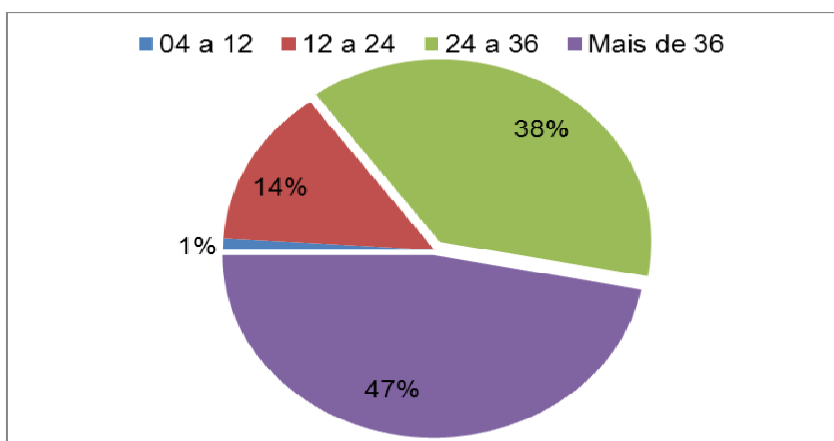


Gráfico 10 - Opção do funcionário em relação ao número de parcelas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda conforme o gráfico acima, se percebe que há uma variação no prazo para pagamento das parcelas, em que 38% optaram em pagar os empréstimos no intervalo de 24 meses, ao passo que o restante escolheu em menos tempo. Toda essa variação existente por parte dos tomadores de suprimento, na hora de contrair os empréstimos concernentes ao prazo para pagamento do valor adquirido, vem demonstrar a particularidade de cada servidor no que se refere a sua situação financeira, no momento do contrato com a instituição credora.

O gráfico 11, mostra que 84% dos entrevistados alcançaram seus objetivos ao fazer o empréstimo, segundo eles, foi uma grande oportunidade de conseguir quitar suas dívidas, adquirir algum bem ou usar o dinheiro pra outras finalidades específicas, algo que seria quase impossível de juntar esse montante para atender no dado momento suas necessidades.

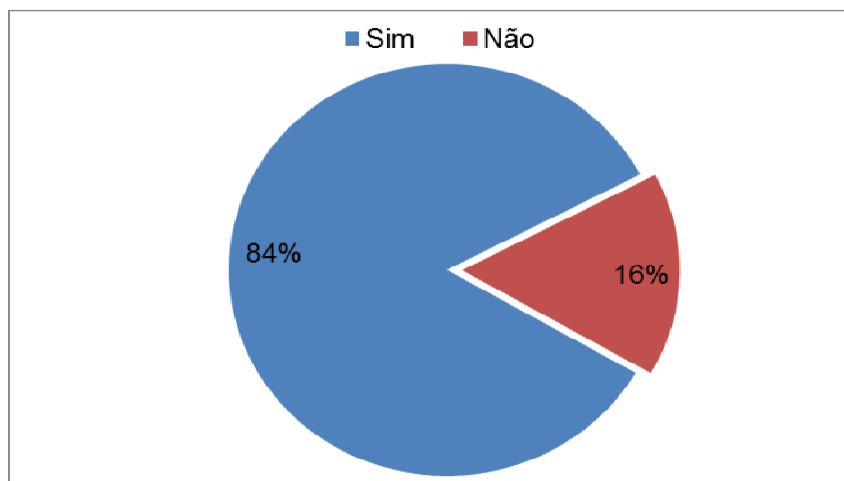


Gráfico 11 - Quanto ao objetivo alcançado concernente ao empréstimo.
Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o gráfico é possível perceber que os objetivos dos servidores que contraíram os empréstimos representando 84% dos entrevistados, foram alcançados, isso denota que o valor conseguido foi aplicado corretamente e que sua finalidade foi bastante específica, neutralizando qualquer desvio do objetivo, ao passo que apenas 10% não tiveram êxito na aplicação correta do dinheiro.

4.2 Resultado da pesquisa realizada com os comerciantes

O gráfico abaixo mostra a opinião dos comerciantes em relação às conseqüências dos empréstimos consignados na economia local, em termos percentuais positivos ou negativos.

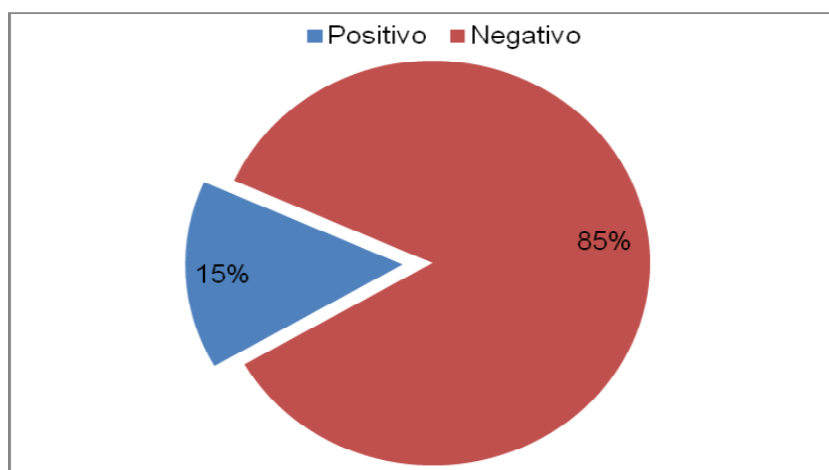


Gráfico 12 - Avaliação dos comerciantes sobre as conseqüências dos empréstimos consignados no comércio local.
Fonte: Dados da Pesquisa.

O resultado obtido na pesquisa mostra que 85% dos comerciantes percebem como negativo os empréstimos consignados para o comércio local. Apesar de ocorrer um aquecimento nas

vendas a curto prazo a economia local não apresenta resultados satisfatórios, isso porque o pico de venda acontece em um pequeno espaço de tempo comparado ao maior período do desaquecimento da economia proveniente desses empréstimos, ao passo que 15% afirmaram ser positivo para o comércio local, uma vez que o valor contraído possibilitou de certa forma o acesso a determinados produtos que antes só era consumido por pessoas que detinha uma melhor condição financeira.

No próximo gráfico, a pesquisa realizada com os comerciantes mostra que 60% tiveram boas vendas em seus estabelecimentos durante o período de 2005 a 2010, para esses entrevistados o resultado desse crescimento nas vendas não provem apenas aos empréstimos consignados, mas também ao aumento da renda do trabalhador, mas, considerando os empréstimo como motivo desse aquecimento da economia em razão das vendas, entende-se que boa parte do dinheiro foi gasto no comércio local.

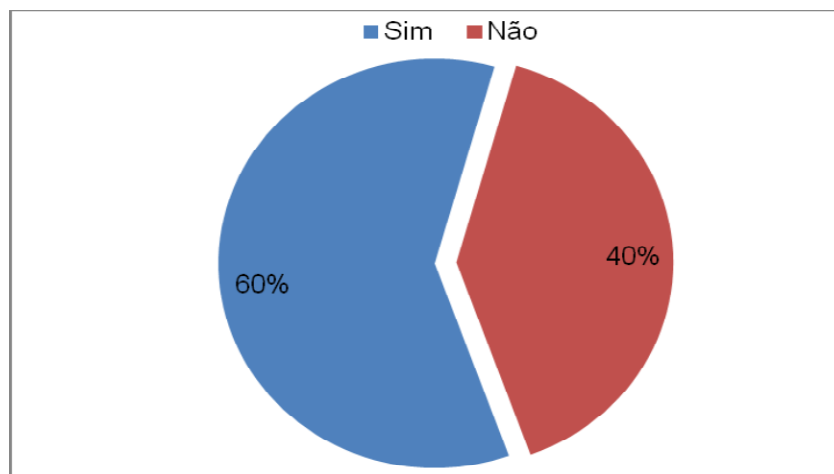


Gráfico 13 – Opinião dos comerciantes em relação ao aumento das vendas no período de 2005 a 2010.

Fonte: Dados da Pesquisa.

No entanto, podemos visualizar uma variação negativa bastante acentuada quando 40% afirmaram que não tiveram um crescimento em suas vendas e sim uma estabilidade nesse período, mas que teriam oportunidade de crescer se essas pessoas que contraíram esses empréstimos não tivessem comprometido boa parte de sua renda, vindo afetar muito o comércio local.

De acordo com o gráfico abaixo, o mesmo revela que há opiniões diferentes por parte dos comerciantes quanto a influência dos empréstimos em suas vendas durante o período abordado. A pesquisa mostra que 55% disseram que os empréstimos influenciaram nas vendas, tendo como resultado um crescimento nesse período, apesar de que, segundo eles esse aumento não foi muito duradouro, mas representou algo para o comércio local. Para os comerciantes essas pessoas que contraíram esse crédito puderam pagar suas contas que

antes tinham dificuldades para quitar, mesmo que pra isso tiveram de sacrificar seu orçamento.

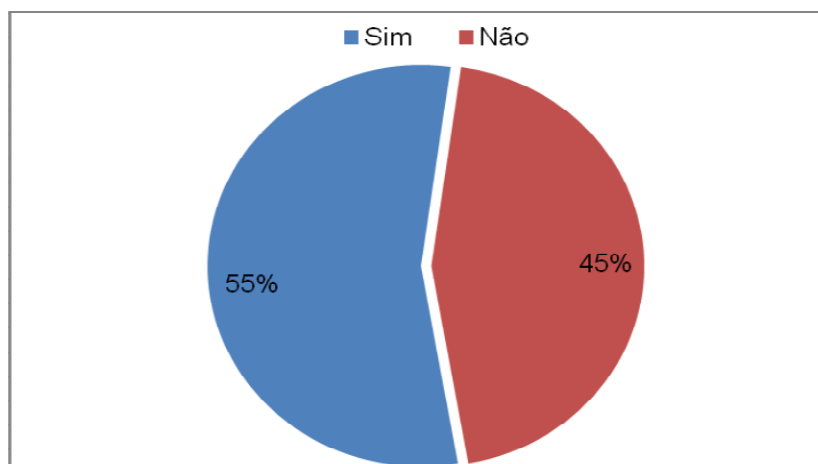


Gráfico 14 – Opinião dos comerciantes com relação a influencia dos empréstimos em suas vendas no período de 2005 a 2010.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ainda se pode observar no gráfico acima que 45% dos entrevistados foram negativos em suas opiniões quanto à influência dos empréstimos consignados em suas vendas, para eles isso acarretou em uma redução do poder de compra por parte das pessoas que passaram a consumir menos, devido ao compromisso assumido com o pagamento das parcelas, deixando o dinheiro de circular no comércio local por um bom tempo.

Podemos observar a discrepância existente na avaliação dos comerciantes quanto à inadimplência de seus clientes no gráfico 15, observa-se que 80% dos entrevistados culpam os empréstimos com desconto em folha de pagamento, responsáveis pela não quitação dos débitos existente em seus estabelecimentos, é visível o descontentamento desses comerciantes pelo fato do dinheiro que antes circulava todo mês no comércio local movimentando a economia, e que agora fica retido no banco devido ao pagamento das parcelas do empréstimo, fazendo com que o servidor passe a consumir menos e não passe mais a cumprir com seus compromissos.

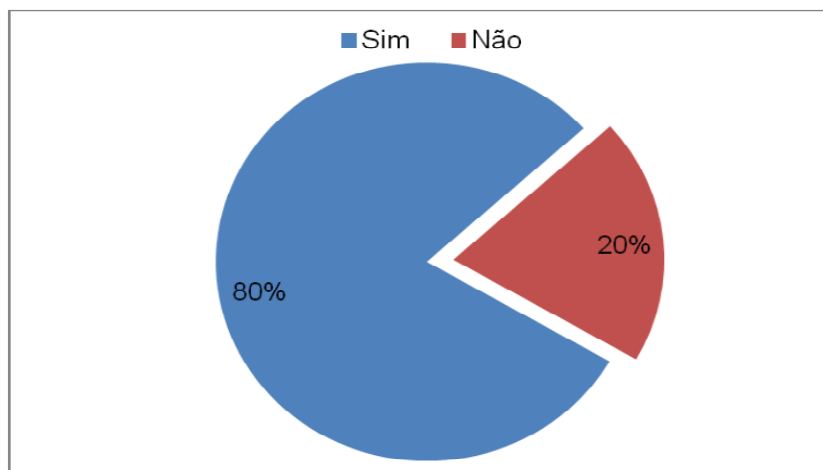


Gráfico 15 – Avaliação dos comerciantes sobre a inadimplência dos clientes, em detrimento dos empréstimos consignados.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para outros comerciantes os empréstimos não foram responsáveis pela inadimplência no seu comércio, isso porque as pessoas souberam aplicar bem o dinheiro adquirido, algumas tiveram a oportunidade de adquirir algum produto em seu comércio e até quitar algum débito que não conseguiam pagar havia anos.

Conforme mostra o gráfico abaixo, 45% dos clientes estão na faixa etária de 35 a 45 anos, ao passo que os clientes com mais de 50 anos representa 50% do total.

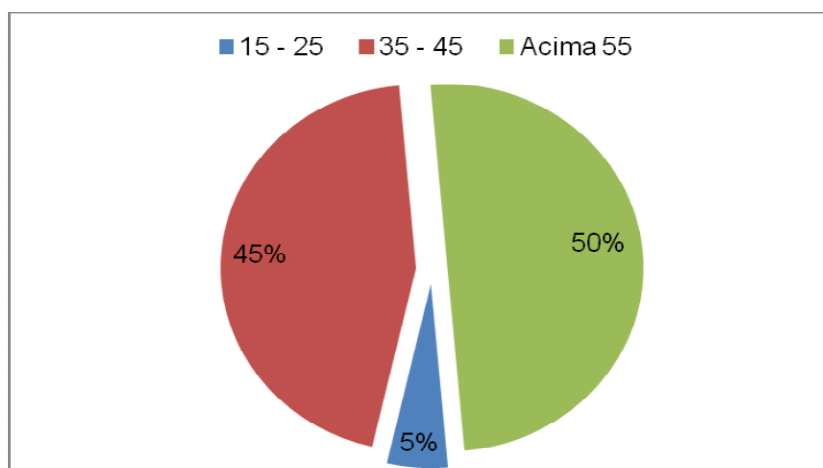


Gráfico 16 – Avaliação dos comerciantes quanto à faixa etária em anos de seus clientes nos seus estabelecimentos comerciais

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante da faixa etária em anos apresentada nos dados acima, percebe-se que os clientes desses estabelecimentos são em sua maioria adultos e idosos, sendo esses dados muito importantes para conhecer o público que esses comerciantes atende. Segundo os entrevistados, esses clientes são em maioria são chefes de família, responsáveis pelo sustento da casa.

Os dados abaixo podem demonstrar através desses consumidores, suas características e suas necessidades.

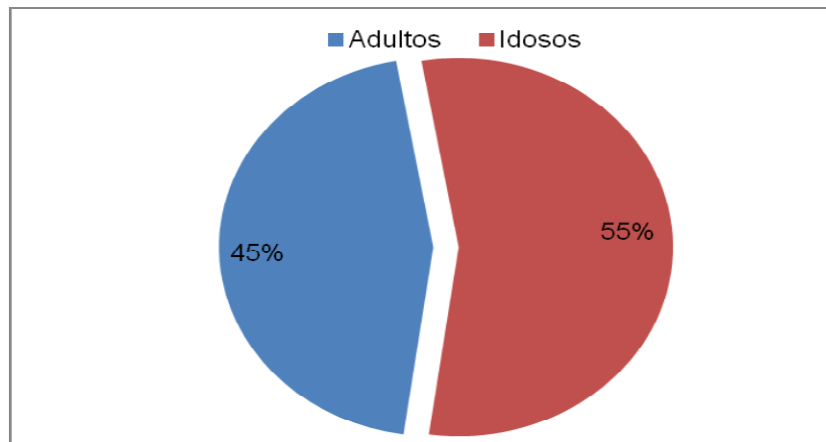


Gráfico 17 – Diferenciação dos clientes por parte dos comerciantes, segundo seu grupo de consumidores.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico apresenta um percentual de 45% de adultos e 55% de idosos, demonstrando através da proximidade desses percentuais características e necessidades semelhantes quanto ao comportamento de compra desses consumidores, além de demonstrar o perfil que segundo os comerciantes são em sua maioria pessoas responsáveis pela manutenção do lar.

O gráfico logo abaixo demonstra que o percentual de 90%, que representa os comerciantes que são contra os empréstimos consignados, contrasta muito com 10% dos que são a favor, demonstrando uma grande disparidade entre eles.

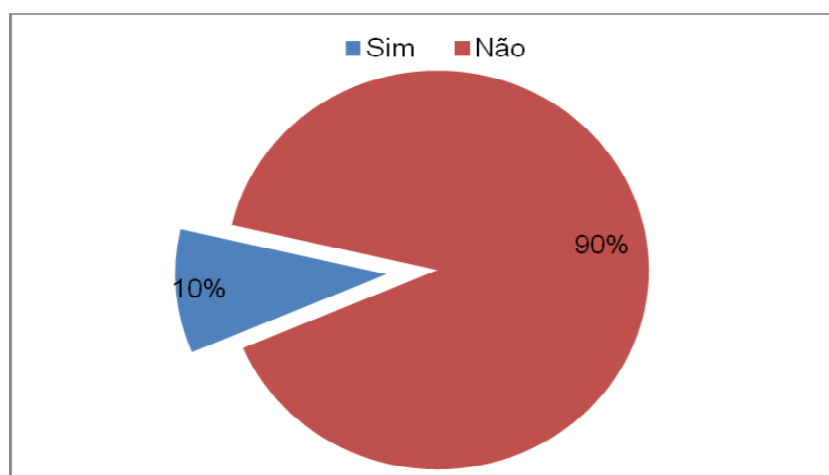


Gráfico 18 – Percentual de opiniões dos comerciantes em ser contra ou a favor dos empréstimos consignados

Fonte: Dados da Pesquisa.

Esse resultado vem só confirmar o que diz no gráfico 15, quando 80% dos entrevistados afirmaram ser os empréstimos responsáveis pela inadimplência em seus estabelecimentos,

onde para esses comerciantes, essas pessoas muitas vezes fazem o empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento, não para pagar uma dívida que contraiu no comércio, mas, para comprar determinado objeto ou até mesmo reformar algo, o fato é que elas vão ficando endividadas cada vez mais e conseqüentemente, diminuído seu poder de compra, fazendo com que não consiga mais quitar seus compromissos financeiros em virtude do pagamento das parcelas do empréstimo. Outro fato bastante interessante observado pelos comerciantes, é que essas pessoas querem consumir a mesma quantidade de produto tendo comprometido boa parte da sua renda, gerando cada vez mais dívidas nos estabelecimentos comerciais.

Na análise do gráfico abaixo, se pode comprovar as oscilações das vendas durante o período compreendido, que para alguns comerciantes não foi proveniente dos empréstimos.

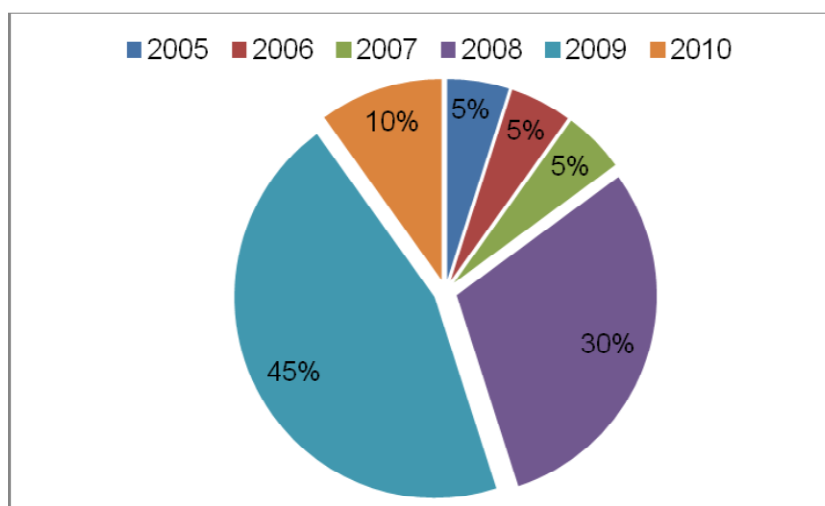


Gráfico 19 – O melhor período de vendas para o comerciante entre 2005 a 2010.
Fonte: Dados da Pesquisa.

Durante o período que compreende 2005 a 2010, é visível a grande oscilação existente nas vendas do comércio por parte dos comerciantes, com ênfase para o intervalo compreendido entre 2008 a 2009 em que em termos percentuais as vendas subiram de 30% para 45%, gerando um crescimento para o seu comércio. Para esses comerciantes, isso não provém apenas do dinheiro dos empréstimos injetado na economia local, mas, de uma série de fatores que contribuíram para esse aumento nas vendas, a exemplo, segundo eles, a oportunidade de emprego surgida em que as pessoas passaram complementar a renda da casa que antes era apenas do chefe de família.

O gráfico abaixo apresenta em índices percentuais o aumento em que os comerciantes tiveram em suas vendas, no período de concessão dos empréstimos.

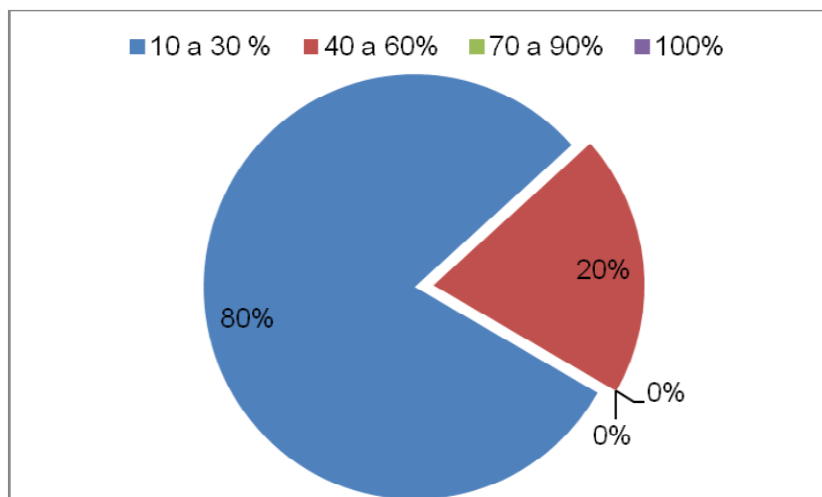


Gráfico 20 – Percentuais de crescimento dos estabelecimentos comerciais durante o período de concessão dos empréstimos.
Fonte: Dados da Pesquisa.

Segundo dados do gráfico acima, 80% dos comerciantes aumentaram suas vendas em torno de 10 a 30%, para eles, mesmo com a adesão dos servidores aos empréstimos, o resultado não foi satisfatório, tendo em vista que não ocorreu um crescimento expressivo para o comércio, mas que de certa forma ajudou um pouco a economia local. Outros comerciantes representados por 20% no gráfico, que corresponde a uma elevação nas vendas no intervalo de 40% a 60%, afirmaram que esse aumento representou muito no seu negócio, mas que isso não foi proveniente dos empréstimos e sim, a uma sazonalidade que ocorre, como ocorreu no período de 2008 a 2009, em que mais se vendeu.

A pesquisa realizada com os comerciantes com relação à média de vendas anterior aos empréstimos demonstra um paradoxo em relação ao crescimento das vendas no período de concessão dos empréstimos, conforme se destaca no gráfico abaixo.

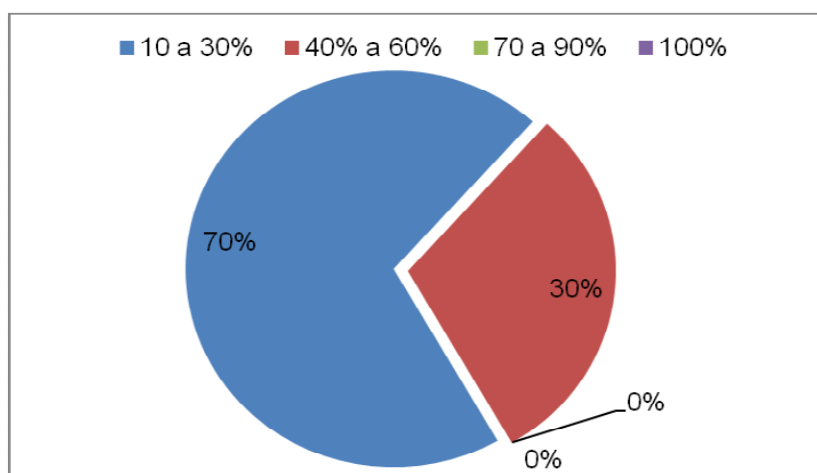


Gráfico 21 – Percentual das vendas nos estabelecimentos comerciais, que antecederam os empréstimos consignados.
Fonte: Pesquisa realizada no comércio local, no período de junho a agosto de 2011.

De acordo com os dados coletados na pesquisa, 70% dos comerciantes afirmaram que vendiam mais antes dos empréstimos, a média de 10 a 30%, enquanto o restante disse que suas vendas superavam em torno de 40 a 60%. Analisando esses dados percebe-se que essa linha de financiamento não provocou um aquecimento continuado na economia local, fato esse que se pode perceber na análise dos gráficos 20 e 21, em que um número maior de comerciantes teve em seus estabelecimentos um volume de vendas superior no intervalo de 40 a 60%, acarretando uma perda para seu negócio.

5 CONCLUSÃO

Nesse estudo objetivou-se analisar o impacto dos empréstimos consignados no comércio de Pombal - PB no período de 2005 a 2010. Através de um levantamento realizado in loco que começou pelos bancos e financeiras, percebeu-se o quanto a oferta dessa linha de crédito cresceu na cidade, prova disso é que vários bancos a exemplo dos pesquisados oferecem esses serviços, conforme entrevista com os representantes dessas empresas pôde-se perceber que essa oferta de crédito realmente tem crescido e aberto caminho para novos correspondentes bancários na cidade, uma vez que a quantidade e o volume de negócio processados por essas instituições justifica esse crescimento. Para esses credores emprestar dinheiro a funcionários públicos é uma situação bastante confortável, isso porque o risco de inadimplência é quase zero, isso porque os descontos das parcelas são realizadas em folha de pagamento direto com os banco conveniado, no caso dos funcionários da prefeitura de pombal, basta apenas levar um ofício com a margem disponível e ver com o banco até quanto essa margem disponibiliza em dinheiro e depois escolher o numero de parcela que se encaixe dentro de seu orçamento, para esses os funcionários não houve complicações em termos financeiros, e sim uma oportunidade de quitar seus débitos no qual tinham dificuldades em sanar com o salário que ganham, além de contribuir com a realização de adquirir determinado objeto, alcançando seus objetivos pretendidos.

O que talvez possa justificar essa procura por esses empréstimos, é a disponibilidade e facilidade de conseguir esse recurso, onde essa pessoa sente-se motivadas pela quantia de dinheiro oferecida e o prazo para pagamento do valor contraído, resultando na grande procura por parte desses indivíduos às instituições financeiras a fim de conseguir tal empréstimo. Diante desse fato é perceptível o reflexo causado no comércio local que depende em grande parte desse dinheiro para poder funcionar, já que a cidade não oferece oportunidade de trabalho suficiente para atender a demanda existente, e por não possuir um setor industrial em seu pleno funcionamento, restando apenas os serviços gerados pelo próprio município e o setor comercial.

Para os comerciantes os recursos adquiridos através dos empréstimos são prejudiciais ao comércio local, isso porque o fato acontece em um pequeno espaço de tempo, mas que reflete por um longo prazo na economia do município, apesar desse dinheiro ser injetado no comércio da cidade e provocar o aquecimento como a elevação das vendas. Porém, observa-se um fato bastante preocupante no que se refere ao período em que o dinheiro fica retido para pagamento das parcelas, onde o montante que antes circulava todo mês no comércio local movimentando a economia, agora passa a ficar retido, provocando uma diminuição do

poder de compra por parte desses consumidores, além de influenciar o aumento da inadimplência no comércio, deixando os comerciantes a beira da falência em detrimento dos compromissos não mais honrados por cliente que não consegue mais quitar seus débitos, mas que querem continuar comprando como antes. Geralmente essas pessoas que recorrem a essa linha de crédito são em sua maioria adultos e idosos, pessoas essa que são responsáveis pela manutenção do lar e que vive constantemente em busca suprir suas necessidades surgidas a cada dia.

Durante o período abordado verificou-se que o comércio apresentou oscilações quanto ao aumento nas vendas dos estabelecimentos comerciais, alguns períodos se destacaram por apresentar um crescimento, mas isso não provém apenas dos recursos dos empréstimos mas de uma serie de fatores que contribuem para essa sazonalidade, à exemplo da melhor distribuição de renda que vem acontecendo no país. Ainda podemos considerar que a adesão desses indivíduos a essa linha de crédito não agregou vantagem ao comércio local, tendo em vista que para a maioria dos comerciantes suas vendas eram bem superiores antes da concessão desse crédito.

Portanto, conclui-se que os empréstimos consignados no município de Pombal afetaram diretamente o comércio local e caso não haja em um curto intervalo de tempo políticas voltadas para a geração de emprego e renda no município, capaz de garantir a continuidade de consumo futuro dos bens e serviços no qual são ofertados pelo mercado, corre-se o risco de uma forte tendência no declínio da economia em decorrência da redução do poder de compra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, Verneck /Historiador. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)**, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>, Acesso em: 12 Jun. 2011.
- AGÊNCIA BRASIL. **Governo reduz juro do crédito consignado para aposentados**. Disponível no endereço <http://noticias.r7.com/economia/noticias/governo-reduz-juro-do-credito-consignado-para-aposentados-20090930.html>, acessado
- AGÊNCIA ESTADO. **Empréstimo consignado de aposentados cresce 88,9%**. Disponível no endereço <http://noticias.r7.com/economia/noticias/emprestimo-consignado-de-aposentados-cresce-88-9-20100326.html>, acessado em 24 de novembro de 2010.
- ALEXANDRE, Helder Medeiros de Macedo. Os Documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte. **Revista de Humanidades**. Caicó, v.5, n. 12, out./nov.2004, Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 16 Jun. 2011.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro-8**. Ed. São Paulo: Atlas, 2008
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Registros Administrativos 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 19 Jul. 2011.
- COSTA, Fernando Nogueira. **Economia Monetária e Financeira**. Uma abordagem Pluralista. São Paulo: Makron Books, 1999.
- CREDIBRAS. **Empréstimos Consignados**. Disponível na internet no endereço www.credibras.com.br Acessado em 26 de novembro de 2010
- EDITORES DO R7. **Empréstimo consignado de aposentados cresce 37,67% nos dois primeiros meses de 2010**. Disponível no endereço <http://noticias.r7.com/economia/noticias/emprestimo-consignado-cresce-37-67-nos-dois-primeiros-meses-de-2010-20100421.html>, acessado em 24 de novembro de 2010.
- IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2008/2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>, Acesso em: 18 Jul. 2011.
- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336> Acesso em: 08 de setembro de 2011
- <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20110515161101&cat=educacao&keys=pb-entre-estados-ne-maior-indice-reprovacao> acessado em 02 de setembro de 2011.
- <http://www.inep.gov.br/indicadores-educacional> acessado em 02 de setembro de 2011.
- JORNAL ESP. Empréstimos Consignados. Disponível na internet no endereço www.mp.sc.gov.br acessado em 27 de agosto de 2010
- GALBRAITH, Jonh Kenneth. **Moeda, de onde veio e para onde foi**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- FILHO, Emilio Garofolo. Cambio no Brasil. **Bolsa de Mercadorias & Futuras**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

IBGE: renda média do trabalhador cresce 20% em 5 anos e reduz desigualdade
<http://rf-brasil.jusbrasil.com.br/politica/5756804/ibge-renda-media-do-trabalhador-cresce-20-em-5-anos-e-reduz-desigualdade>, acessado em 16 de outubro de 2010

LOPES, João do Carmo & ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. São Paulo: MAS, 1998. p. 494.

MAGNO CARLOS E LIMA SAMUEL. Consignado. Disponível no endereço www.jonaldotocantins.com.br acessado em 25 de novembro de 2010

NO DOCUMENTS. **Renda média do trabalhador brasileiro alcança recorde em agosto**. Disponível no endereço <http://nodocuments.wordpress.com/2010/09/28/renda-media-do-trabalhador-rasileiro-alcanca-valor-recorde-em-agosto>, em 25 de novembro de 2010.

Prefeitura Municipal de Pombal - PB (Secretaria de Administração Setor de Arquivos)

PB Agora, PB está ente estados do NE com maior índice de reprovação. Disponível na internet no endereço www.pbagora.com.br acessado em 02 de setembro de 2011.

Passei Web, **UFCG pretende criar cursos de Arquitetura, Engenharia Química e Engenharia Civil em Pombal**, Disponível na internet no endereço <http://www.passeiweb.com/vestibular/noticias/1314829129>, acessado em 08 de setembro de 2011.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

SEINFRA. Secretaria municipal de infra-instrutora de Pombal - PB. **Foto aérea da zona urbana da cidade de Pombal**: 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas** (Pombal). João Pessoa: Grafset, 2004.

TRIGUEIROS, Florivaldo dos Santos, **Dinheiro no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda. 1987.

TROSTER, Roberto Luis & MOCHÓN, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Pearson Education, 2002.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez & NEVES, Silvéria das. **Introdução a Economia**. 8ª ed. São Paulo: Frase Editora, 2007.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA Sylvia Constant. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. 12 ed, São Paulo: Atlas, 2010.

ANEXOS – A



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII – PATOS – PB
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Questionário – Banco

1. Quanto tempo faz que estão sendo realizados os empréstimos consignados?

2. Até quantos empréstimos podem ser feitos por pessoas?

3. Em média, quantas pessoas fizeram empréstimos consignados no período de 2005 a 2010?

4. Desse total quantos são:
Aposentados: _____, Pensionistas: _____ e Servidores Públicos: _____
5. Existe alguma diferença entre as taxas de juro?
Sim: _____ Não: _____
6. Caso exista, qual a taxa de juro para:
Aposentados: _____, Pensionistas: _____ e Servidores Públicos: _____
7. Qual a renda mínima que a pessoa deve comprovar para obter o empréstimo consignado?

8. No ato do empréstimo consignado tem que declarar a que será destinado esse empréstimo?
Sim: _____ Não: _____
9. Caso declare, existe variação entre taxa de juros de um bem para outro?
Sim: _____

Não: _____

10. Houve alguma alteração na demanda dos empréstimos desde que estes começaram?

Sim: _____

Não: _____

11. Qual o valor máximo em percentual que pode ser comprometido para pagamento das parcelas?

ANEXO – B



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII – PATOS – PB
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Questionário – Comerciante

Farmácia ()

Supermercado ()

Eletrodoméstico ()

1. Os empréstimos consignados aos aposentados, pensionistas e servidores públicos federais, estaduais e municipais foram para o comércio em geral:

Positivo () Negativo ()

2. Durante o período de 2005 a 2010 o seu estabelecimento teve boas vendas?

Sim () Não ()

3. Em sua opinião, durante o período de 2005 a 2010 esses empréstimos consignados tiveram alguma influência nas vendas em seu estabelecimento?

Sim () Não ()

Se sim, qual? De que forma?

4. Você atribui a inadimplência de seus clientes aos empréstimos?

Sim () Não ()

5. Qual faixa etária de seus clientes?

15 a 25 () 35 a 45 () 55 a mais ()

6. Os seus clientes na sua maioria são:

Crianças () Jovens () Adultos () Idosos ()

7. Você é a favor dos empréstimos consignados?

Sim () Não ()

8. Em caso de não, por quê?

9. Qual o período compreendido entre 2005 a 2010 que você mais vendeu?

10. No decorrer desse período dos empréstimos, qual o percentual de aumento das vendas?

10% a 30% () 40% a 60% () 70% a 90% () 100% ()

11. Quanto era em média sua venda antes dos empréstimos consignados?

10% a 30%() 40% a 60% () 70% a 90% () 100% ()

ANEXO – C**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII – PATOS – PB
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO****Questionário – Empréstimo Consignado**

1. O que levou você a optar por tal empréstimo?

() Quitar dividas () Aquisição de bens () Outros () Reserva de dinheiro

2. Você pesquisou no mercado: taxas de juros e as forma de pagamento?
Sim () Não ()

3. Recebeu orientação de alguém?
Sim () Não ()

4. Você gostou da forma de pagamento?
Sim () Não ()

5. Você se submeteria a tal empréstimo novamente?
Sim () Não ()

6. Além do desconto das parcelas houve alguma redução à cesta básica?
Sim () Não ()

7. Você aconselharia outras pessoas a fazer tal empréstimo?
Sim () Não ()

8. No ato do empréstimo, você foi orientado no que diz respeito à taxa de juros, valor do empréstimo, valor e quantidade de parcelas?
Sim () Não ()
9. O valor do empréstimo concedido está entre:
() 1 a 3 salários () 4 a 6
() 7 a 10 () Mais de 10 salários mínimos
10. Para o pagamento do referido empréstimo, por quantas parcelas você optou?
() 04 a 12 () 12 a 24 () 24 a 36
Por quê?
() Pagar em menos tempo
() Diminuir o valor das parcelas
11. O objetivo foi alcançado?
Sim () Não ()